

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

LYSIANE HARGREAVES MUNHOZ

**JORNALISMO HUMANIZADO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DA ADOÇÃO
EM SÉRIE DE REPORTAGENS DO JORNAL NACIONAL**

PORTO ALEGRE

2017

LYSIANE HARGREAVES MUNHOZ

**JORNALISMO HUMANIZADO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DA ADOÇÃO
EM SÉRIE DE REPORTAGENS DO JORNAL NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Sean Aquere Hagen

PORTO ALEGRE

2017

LYSIANE HARGREAVES MUNHOZ

**JORNALISMO HUMANIZADO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DA ADOÇÃO
EM SÉRIE DE REPORTAGENS DO JORNAL NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Jornalismo.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sean Aquere Hagen – UFRGS/DECOM

ORIENTADOR

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Benetti Machado – UFRGS/DECOM

EXAMINADORA

Ms. Camila Freitas

EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus pelo dom da minha vida e pela realização deste que foi um dos meus grandes sonhos: fazer parte dessa universidade.

O sentimento também é de gratidão pelo apoio e amor incondicional dos meus pais. Vocês sempre acreditaram nesse sonho junto comigo e me incentivaram a buscá-lo, me proporcionaram formas de poder realizá-lo. Sou grata por me ensinarem a lutar pelos meus objetivos, e, só sou o que sou graças a vocês dois. Obrigada! Também agradeço ao meu irmão, Rhafael, pela parceria e companheirismo, por me ajudar nessa caminhada e partilhar o teu conhecimento comigo. Agradeço aos meus demais familiares pela força e carinho nessa etapa decisiva da minha vida.

Quero agradecer aos meus amigos e amigas pelo incentivo, o abraço, por dividirem as alegrias e tristezas, por me ouvirem e compartilharem planos e sonhos. Agradecimento, em especial, as minhas melhores amigas, desde o tempo do colégio, Amanda e Pietra, por sempre estarem ao meu lado, independente da situação, me ajudando.

Agradeço à FABICO, aos meus colegas, principalmente, Cássia e Danielle, e aos meus professores pelo conhecimento compartilhado e por contribuírem ao meu amadurecimento como profissional e como pessoa. Agradeço, em especial, a um grande amigo que esta faculdade me trouxe, meu afilhado, James.

E por último, agradeço ao meu orientador, Sean, que abraçou junto comigo essa pesquisa. Agradeço pelo tenho empenho, apoio, por me ensinar tanto nessa caminhada fabicana e por esse amor ao Jornalismo que me motivou a seguir nessa reta final de curso. Agradeço também às pesquisadoras Márcia Benetti e Camila Freitas por aceitarem o convite de fazerem parte da banca examinadora desta pesquisa.

“O diálogo nasce quando sou capaz de reconhecer que o outro é um dom de Deus e tem algo a dizer-me”.

(Papa Francisco)

RESUMO

Esta monografia propõe-se a estudar o jornalismo humanizado e a alteridade, refletindo de que forma o jornalismo em suas narrativas constrói discursivamente os sujeitos apresentados em uma grande reportagem sobre a adoção de menores, além de apontar quais sentidos vão sendo construídos e evocados paralelamente a esse discurso. Nesta pesquisa o jornalismo é entendido como construção da realidade (TRAQUINA, 2012) buscando informar o cidadão por meio do conhecimento produzido e reproduzido (MEDITSCH, 1997), e para cumprir a essa finalidade, o discurso jornalístico, que só existe entre os sujeitos da interlocução (BENETTI, 2008), precisa apreender o outro com responsabilidade humanizando as suas narrativas (IJUIM, 2013). Para compreender esse processo, decidi analisar cinco reportagens sobre adoção apresentado no Jornal Nacional (2017). A Análise de discurso foi a metodologia utilizada para mapear as cinco formações discursivas identificadas na série: heróis, vilã, pureza, mentor e problemáticos. A construção das matérias é baseada na narrativa dos pais adotivos, e não há um aprofundamento no processo de adoção. O jornalismo não busca entender a realidade das crianças e adolescentes, nem problematizar o porquê da Justiça procurar alternativas nem sempre rápidas como se gostaria para os menores permanecerem com os pais biológicos. Quando surgem oportunidades de enriquecer a temática, o telejornal permanece no senso comum.

Palavras-chave: Telejornalismo. Jornalismo humanizado. Alteridade. Análise de Discurso. Jornal Nacional. Adoção.

ABSTRACT

This paper aims to study humanized journalism and otherness, discussing how journalism constructs discursively the subjects presented in a large report about the adoption of minors besides pointing which senses are being constructed and evoked parallel to this discourse. In this research, journalism is understood as construction of reality (TRAQUINA, 2012) seeking to inform the citizen through the knowledge produced and reproduced (MEDITSCH, 1997) and, to fulfill this purpose, the journalistic discourse, that exists only among the subjects of interlocution (BENETTI, 2008) needs to understand the other with responsibility, humanizing their narratives (IJUIM, 2013). To comprehend this process, I decided to analyze five reports about adoption presented at Jornal Nacional (2017). The discourse analysis was used to map the five discursive formations identified in the series: heroes, villain, purity, mentor and problematic. The construction of the reports is based on the narrative of the adoptive parents, and there is no deepening in the adoption process. Journalism does not seek to understand the reality of children and adolescents or why the Justice finds alternatives not always fast as it would be for minors to stay with their biological parents. When opportunities arise to enrich the subject, the reports remain in common sense.

Palavras-chave: Telejournalism. Humanized journalism. Otherness. Discourse Analysis. Jornal Nacional. Adoption.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 JORNALISMO.....	12
2.1 Jornalismo como um dos alicerces da sociedade.....	12
2.2 Contrato de Comunicação.....	14
2.3 Televisão.....	19
2.4 Grande reportagem.....	26
3 JORNALISMO COMO ENCONTRO COM O OUTRO.....	29
3.1 As questões éticas no jornalismo.....	29
3.2 Jornalismo e interesse público.....	32
3.3 Jornalismo humanizado: a construção do outro.....	34
3.4 Telejornal: o gênero da empatia por excelência.....	40
3.4.1 <i>Apresentação e visualização</i>	42
3.4.2 <i>Configuração de mensagens poderosas, emotivas e claras</i>	42
3.4.3 <i>Acontecimentos extraordinários</i>	44
3.4.4 <i>Transitoriedade e imediatismo</i>	46
4 ANÁLISE.....	48
4.1 Metodologia: Análise do Discurso.....	48
4.2 Corpus.....	51
4.3 Construção de sentidos.....	54
4.3.1 <i>Heróis</i>	54
4.3.2 <i>Vilões</i>	57
4.3.3 <i>Pureza</i>	64
4.3.4 <i>Mentor</i>	67
4.3.5 <i>Problemáticos</i>	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXOS.....	78

1 INTRODUÇÃO

Humanizar. Esta foi a palavra que guiou este trabalho.

Desde que cheguei à academia, uma das minhas preocupações como futura jornalista foi (e permanece sendo) a busca por respeitar o público, os entrevistados, a equipe com a qual trabalharia. Além de cumprir com as finalidades do jornalismo: informar, esclarecer e formar o público, contribuir para a construção da cidadania em nossa sociedade. O direito de voz dado ao jornalismo é fruto de processos sócio-históricos, e esse espaço só é garantido aos jornalistas, pois a sociedade o permitiu em uma longa negociação através dos anos: é por ela que exercemos a nossa profissão. Para isso, nós, jornalistas, utilizamos métodos e técnicas que nos permitem mediar os acontecimentos para construir a realidade. A verdade, a exatidão dos fatos, o relato dos acontecimentos são a base da nossa profissão. Contudo não podemos no cotidiano das redações, assessorias de comunicação, agências de conteúdos, entre outros lugares, mecanizarmos o nosso serviço. O jornalismo precisa ir ao encontro da realidade, aproximar-se do outro, estar aberto à desconstrução de suas certezas e incertezas, para assim, exercer a sua finalidade.

Partindo desse princípio de um jornalismo como encontro com o outro, decidi como problema de pesquisa estudar o jornalismo humanizado e a alteridade, refletindo sobre de que forma o jornalismo em suas narrativas constrói discursivamente os sujeitos apresentados. E quais sentidos vão sendo construídos e/ou evocados paralelamente a esse discurso.

Como objeto de pesquisa, optei por analisar o Jornal Nacional, visto que ele é um dos programas jornalísticos que reúne uma audiência heterogênea de todos os cantos do Brasil. Além disso, a televisão simula a interação face a face, traz a sensação para quem assiste de interagir com o outro lado da tela. E como objeto de estudo escolhi a série de reportagens sobre adoção de 2017, visto que pautas sociais sempre me cativaram e me fazem questionar a realidade em que vivemos, como agimos em relação ao outro, principalmente em relação àqueles sujeitos que são colocados à margem, são estigmatizados, que incomodam o que é definido como “natural” ou “normal”. Ao propor pautas com esse viés, ou me interessar por esse tipo de assunto, fez-me refletir sobre uma frase escrita por Canellas (2008, p. 110): “O que me incomoda como cidadão, me incomoda como jornalista”. Portanto, o que me indigna como cidadã, pode se tornar um problema de pesquisa.

Baseada nessas considerações, esta monografia tem como objetivo geral verificar a construção discursiva sobre a adoção em uma série de reportagens do Jornal Nacional. Como objetivos específicos, a pesquisa se propõe a: 1) mapear os sujeitos envolvidos no processo de adoção no país; 2) desvelar as construções de sentidos sobre esses sujeitos e 3) apontar acertos e falhas dos elementos que compõem o jornalismo humanizado na construção do sentido de adoção.

O desenvolvimento desta pesquisa se organiza em cinco partes. Seguindo desta introdução, no segundo capítulo abordo o jornalismo como alicerce da sociedade e, para isso, o compreendo como forma de conhecimento (MEDITSCH, 2002) e gênero discursivo (BENETTI, 2008), também defino o papel da televisão na sociedade ao criar laços sociais (WOLTON, 1996) e como efeito de presença (FECHINE, 2008). Na terceira parte, problematizo os elementos que caracterizam o jornalismo humanizado e a alteridade, bem como apresento as questões éticas e o interesse público como os pilares do jornalismo. O quarto capítulo apresenta a metodologia da análise do discurso, o Jornal Nacional como objeto de pesquisa e as construções de sentido encontradas na série de reportagens. No último capítulo apresento as considerações finais, seguido das referências. Por fim, trago o anexo com a transcrição das reportagens presentes no site da Rede Globo.

2 JORNALISMO

O que o jornalismo produz é registrado e contado na sociedade. Isso só é possível, pois, historicamente, o jornalismo conquistou a legitimidade social, ou seja, ele recebeu do público o direito de mediar a realidade, de recortar os acontecimentos e narrá-los por meio de métodos e técnicas próprios. Cumpre um papel específico como instituição social que não pode ser substituído, visto que nenhuma outra esfera executa as mesmas atividades que o jornalismo. Da mesma forma, não podemos esquecer que o jornalismo está imerso em um contexto espaço-temporal concreto, isto é, os produtos jornalísticos e os próprios jornalistas são resultados de processos amplos e históricos que são atravessados pela cultura, política, economia, tecnologia de uma sociedade.

Para compreender a função que o jornalismo desempenha, neste capítulo, apresento-o como forma de conhecimento e como gênero discursivo. Também definirei o papel da televisão na sociedade como dispositivo e laço social.

2.1 Jornalismo como um dos alicerces da sociedade

Justamente por reproduzir as informações, ideias e conhecimentos de outras áreas e esferas públicas, o jornalismo pode ser definido como “uma forma de conhecimento” (MEDITSCH, 2002, p. 2). Essa concepção compreende o jornalismo através da perspectiva filosófica pragmática do sociólogo Robert Park (1940) que havia realizado distinções entre os conhecimentos. Para Park, há um “conhecimento de” (*aquaitance with*) e um “conhecimento sobre” (*knowledge about*). O “conhecimento de” ou “de trato” seria uma forma de saber usado no cotidiano, incorporado pelo hábito, é aquele conhecimento instintivo ou intuitivo próprio do indivíduo ou de uma comunidade. Já o “conhecimento sobre” ou “acerca de” seria um saber sistemático e analítico como aqueles produzidos pelas ciências, pois ele resulta de um saber realizado por uma pesquisa, por uma metodologia, de uma construção criteriosa e controlada que gera um produto lógico e teórico. O jornalismo, então, estaria entre esses dois tipos de conhecimentos, ou seja, ele “não proporciona um conhecimento sistemático e nem a revelação de fatos de ordem histórica, mas apenas a alusão a um ‘conhecimento’” (GENRO FILHO, 1987, p. 56). O produto jornalístico “é um recorte, uma ‘colagem’ ou ‘combinação’ de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação” (FRANCISCATO, 2005, p. 168). No processo de construção da

notícia, o jornalista utiliza métodos diferentes do cientista, uma vez que a matéria-prima está localizada no tempo presente e há o risco da desatualização. Meditsch (2002) postula que esse método pode estar diretamente relacionado ao processo cognitivo social. No sistema de aprendizagem, quando alguém apreende um conhecimento, as informações não são simplesmente depositadas no cérebro humano. Pelo contrário, tanto quem ensina quanto quem aprende têm papéis importantes, visto que não há uma limitação na reprodução de um saber que já existia, mas uma *re-criação* entre o conhecimento nos próprios atos de ensinar e aprender, desta maneira pode-se afirmar que o conhecimento não se transmite, porém se reproduz (MEDITSCH, 2002, p.5). O autor, também se baseia em Adelmo Genro Filho, para quem a comparação entre a percepção humana e o jornalismo não pode ser feita até as últimas consequências.

Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno, é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. (GENRO FILHO, 1987, p. 58).

O jornalismo trabalha com o campo lógico do senso comum e isso é a característica fundamental que o define, pois a partir de uma linguagem comum (*auditório comum*) consegue atingir um público diverso e plural. Portanto, ele traduz os conhecimentos das ciências que utilizam, muitas vezes, linguagens mais particulares para uma linguagem mais simples. O jornalismo desempenha o papel de saber comunicar, isto é, reproduzir o conhecimento para todos. Em tese, todas as classes e os níveis de escolaridade poderão obter a informação em algum veículo, justamente, por ele ter a capacidade de “conversar” com o grande público.

Esse conhecimento tem base em três categorias hegelianas: universal, particular e singular. Esses grupos foram pensados por Genro Filho (1987) que se apoiou nas reflexões feitas por George Lukács (1968) no campo da filosofia e da estética. Para Genro Filho, o critério jornalístico de uma informação se fundamenta na reprodução dos acontecimentos em sua singularidade, ou seja, o singular é a forma do jornalismo, é o acontecimento em si. Logo, o produto jornalístico é o fato. Ele é amparado pelo particular que seria o contexto, a explicação para a sociedade, os desdobramentos deste fato. Por fim, o universal é a identificação do ato com o conteúdo, é a ideia mais geral da notícia, é o fato inserido em uma determinada população.

Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissolúvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. (GENRO FILHO, 1987, p. 163).

Consequentemente, é observável que essas categorias contribuem para o conhecimento que o jornalismo reproduz para as pessoas, uma vez que a singularidade auxilia nos valores-notícias, ou seja, critérios e fatores que o jornalista determina a noticiabilidade dos acontecimentos. Por meio disso surgem as novas informações. Portanto, o jornalismo entendido como forma de conhecimento tem como princípio a capacidade de reproduzir tanto o conhecimento que ele mesmo produziu, assim como pode reproduzir ou traduzir aquilo que foi elaborado por outras instituições sociais. O produto jornalístico que o jornalismo devolve para a sociedade é um recorte do acontecimento.

2.2 Contrato de Comunicação

O jornalismo conquistou historicamente uma autenticidade social para produzir, para um público amplo e diverso, uma reconstrução discursiva do mundo com base em uma narrativa fiel e objetiva entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas (FRANCISCATO, 2005, p. 167). Esta credibilidade proporciona um lugar de fala na sociedade, resultado daquilo que Patrick Charaudeau (2010) denomina de “contrato de comunicação”: os sujeitos que participam desse acordo comunicativo devem reconhecer e dominar as “regras do jogo”. Para isso, tanto jornalistas quanto o público esperam determinadas ações um do outro. “O necessário reconhecimento recíproco da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que eles estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência” (CHARAUDEAU, 2010, p. 68). Das variadas condições que definem o contrato, quatro são importantes nesta pesquisa pela possibilidade de troca entre os interlocutores: a) uma condição de identidade, em que importa saber “quem diz e para quem”; b) uma condição de finalidade, em que importa saber “para quê se diz”; c) uma condição de propósito, em que preciso considerar “o que se diz”; d) uma condição de dispositivo, que considera “em que condições se diz”. Os dados internos referem-se ao “como se diz” que está relacionado com as estratégias discursivas usadas. A informação, de acordo com o pesquisador, é entendida como discurso, visto que ela é resultado de combinações de circunstâncias que revelam traços psicológicos e sociais (quem informa?), é transmitida por

meio de um objetivo (por que informar?) e revelada de alguma forma ou por algum meio (quais são as provas?).

Para a Análise do Discurso, que vamos abordar no capítulo quatro, todo discurso é dialógico, ou seja, o discurso acontece entre os sujeitos da interlocução e é nesse espaço entre os atores que ele efetivamente se constitui. “O jornalismo entendido como discurso, portanto, só existe entre os sujeitos” (BENETTI, 2008, p. 17). Para Benetti (2008), todo discurso se constrói em determinado tempo e lugar históricos e, da mesma forma, o jornalismo, entendido como discurso, deve ser considerado sempre em uma situação de comunicação. Nisto, é observável que para o jornalismo cumprir a sua função de informar/noticiar, os interlocutores (jornalista e o público) precisam estar cientes e sejam capazes de reconhecer os elementos que o definem como tal, como seu papel na sociedade.

Charaudeau (2010) diz que a *finalidade* do contrato de comunicação se acha em uma tensão entre dois objetivos da informação: *fazer saber* e o *fazer sentir*. O fazer saber implica informar, noticiar. Já fazer sentir ou captar tende a provocar que um objeto seja consumido, ou seja, induzir o público a tomar tal atitude e também pode ser entendido como emocionar. No caso do jornalismo, o *fazer saber* é o seu objeto. A condição de finalidade (“para que se diz”) determina os demais elementos do contrato de comunicação, pois a própria sociedade garantiu esse lugar de fala, de medição aos jornalistas, justamente, por necessitar dos seus serviços, já que o principal fim do jornalismo é que os cidadãos possam se autogovernarem, serem livres e contribuir com a democracia (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Da mesma forma, a sua finalidade está diretamente relacionada com o entendimento do jornalismo como forma de conhecimento, já que a construção da realidade (mediação do mundo) conecta-se com o produto jornalístico. Portanto, o resultado final desta mediação é do interesse do ser humano, está diretamente relacionada com compreensão do mundo, dos fatos.

A finalidade também é amparada pela credibilidade, pautada pela ideia de o que o jornalista produz é verdadeiro. Essa verdade é o primeiro e um dos mais importantes princípios do jornalismo, pois “intervém como dimensão ética. Tem a ver com a elaboração, o conteúdo e a forma das notícias quanto ao aspecto técnico da informação: as suas vias e meios, os seus processos” (CORNU, 1994, p. 395). O jornalismo recebe esse papel de informar, mediar, comunicar da sociedade, justamente, por apresentar ferramentas e técnicas necessárias para a função. Por exemplo, esse profissional precisa realizar entrevistas, consultar documentos, cruzar informações e checá-las, contextualizar os fatos, entre outros métodos para assim garantir que esta notícia se torne credível. Essa “verdade jornalística” é

uma forma prática e funcional da verdade, não é no sentido absoluto ou filosófico do termo, ou seja, ela se apresenta num significado que permita ao público agir cotidianamente. “Esta verdade prática é algo versátil que, tal como a aprendizagem, cresce como estalagmite numa gruta, gota a gota, ao longo dos tempos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 44). E como fundamento ela interessa ao público e não a esfera privada, já que o discurso de autolegitimação do jornalismo é o interesse público. Contudo significa que um aspecto da verdade implica o interesse público. Esse interesse público é entendido como “colocar à disposição do público os repertórios informativos necessários para que ele possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado, para que possa fazer-se valer na esfera política” (GOMES, 2009, p. 79). Portanto, o jornalismo por meio de sua produção e circulação de informações contribui com a cidadania, no entendimento de contribuir com o bem comum, que as pessoas compreendam a sua realidade, consigam discernir sobre a vida pública. Nisto, não é qualquer “verdade” que é pública. Existe, desse modo, um limite entre a verdade jornalística e o respeito pela pessoa humana. “O que é contestável é o uso dos testemunhos, dos documentos e das imagens como *meios* de uma informação que só se satisfaz com seu próprio espectáculo – e não como *fim* de uma informação que procura a verdade no respeito pelo homem” (CORNU, 1994, p. 409, grifo do autor)¹.

A *identidade* está relacionada com os sujeitos que falam e para quem falam. A teoria construcionista reforça esse conceito de que o jornalismo pode ser compreendido como processo complexo de interação social entre os agentes: “jornalistas e as fontes, os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional dentro e fora da sua organização” (TRAQUINA, 2012, p. 174). Essa correspondência intersubjetiva é importante, pois a imagem que os indivíduos fazem um do outro está implícita na ideia que a sociedade faz deles e é orientada pelas relações sociais, a “bagagem” cultural de cada indivíduo, os saberes e construções de classes. Ao aceitar o jornalismo como um construtor da realidade, Traquina situa o jornalista por excelência no seu local de trabalho, ou seja, reconhece que a organização empresarial na qual ele está inserido influencia também no agir profissional. Da mesma forma, a comunidade profissional norteia a estruturação dos valores-notícias deste jornalista que é ativo na construção da realidade. As escolhas de fontes são feitas pelo profissional orientado “pela aparência que a ‘realidade’ assume, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas

¹ No capítulo três deste estudo, será refletido sobre ética, interesse público e verdade no jornalismo e como isso influencia no trabalho dos jornalistas.

instituições e rotinas” (TRAQUINA, 2012, p.176). Essas mesmas fontes têm a sua visão de mundo e são conduzidas pela sua cultura, seus modos de agir. Além disso, o público que se apropriará do conteúdo jornalístico também está inserido em sua própria realidade e contexto. Por isso, de certa forma, a reprodução que o jornalismo faz se assemelha ao processo de aprendizagem e percepção humana, não é uma simples transmissão do acontecimento, mas uma “recriação”, um recorte, uma apropriação desse saber por cada um.

Neste acordo de comunicação, há o que Benetti (2008), amparada em Pêcheux² (1990) considera fundamental para definir o gênero jornalístico: o sujeito que fala e se pergunta: “quem sou eu para falar assim?” (que lugar ocupo na sociedade) e “quem é ele para que eu lhe fale assim?” (que lugar eu penso que o outro deve ocupar). Assim como, o sujeito que interpreta se pergunta: “quem sou eu para que ele me fale assim?” (que lugar eu ocupo) e “quem ele imagina que sou para que me fale assim?” (que lugar ele imagina para mim) (BENETTI, 2008, p. 19). Essa vinculação entre o papel de cada um neste laço contribui para a ideia do jornalismo como gênero de discurso, uma vez que ele é dialógico.

Neste contrato comunicativo todas as esferas da sociedade estão relacionadas e influenciam no produto final: a notícia. Logo, o discurso construído em uma reportagem tem significados, visto que, ao recortar um fato, o jornalista o reconstrói utilizando um quadro de referências, aspectos culturais, contextualização para poder veiculá-lo. A condição de *propósito* refere-se às seleções temáticas, aos valores-notícias, aos critérios de noticiabilidade que são identificados nos acontecimentos (BENETTI, 2008). O acontecimento “passa pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em ‘mundo comentado’, dirigido a outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença” (CHARAUDEAU, 2010, p. 95). Charaudeau explica que o acontecimento nunca é reproduzido em estado “bruto”, tal como ele surgiu. No discurso informativo, há um “mundo a descrever e a comentar”, ou seja, é a realidade cotidiana, é a esfera na qual os fatos surgem. A realidade passa pelo *processo de transformação* através da instância de produção de informação (os meios de comunicação) que gera um “mundo descrito e comentado”. Neste processo, os jornalistas, por exemplo, percebem, selecionam (enquadram) e transformam a matéria-prima (acontecimento). Após isso, o autor diz que ocorre o *processo de transação*. Neste processo, o sujeito produz um ato de linguagem, isto é, a instância de recepção- interpretação dá significado e contextualiza esse fato, interpreta-o, para assim colocá-lo em

² PÊCHEUX, Michel (1990). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp.

relação com o outro (destinatário). O produto jornalístico final é o “mundo interpretado” (CHARAUDEAU, 2010). Portanto, o jornalista precisa traduzir os acontecimentos, dar-lhe significado, ordená-los para o público receber essa informação pronta para reinterpretá-la e dar novos sentidos a ela.

Este processo – identificação e a contextualização - é um dos mais importantes, através do qual os acontecimentos são “tornados significativos” pelos *media*. Um acontecimento só “faz sentido” se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. (HALL, 1993, p. 226).

Nesta concepção construcionista, pode-se estabelecer relação com o que Hall denomina de “mapas de significado”, ou seja, a “bagagem” cultural, as ideias de natureza consensual que estão presentes na sociedade e a constituem, já que o jornalista quando traduz o acontecimento utiliza elementos, a linguagem presente no local em que está inserido para mediá-lo. Como postulam Berger e Luckmann (2009), a interação social na vida cotidiana acaba por realizar *esquemas tipificadores* (construções de padrões) os quais permitem no âmbito das relações os sujeitos apreenderem o outro num primeiro momento. Então, na rotina, o cidadão cria esses padrões para conseguir se comunicar. Neste ponto, o jornalismo entendido como forma de conhecimento precisa utilizar uma linguagem para que o público consiga entender o seu produto. Contudo, não se pode repercutir preconceitos e ideias que “firmam” a imagem de uma pessoa.

O jornalismo convoca, estabelece competências, cria e legitima atores, dimensiona e constrói os acontecimentos, mas vai também gerar cognitivamente novos consensos, reintroduzindo a ordem onde havia desordem, tornando familiar o que antes era não-familiar, construindo novas atualidades e realidades. (MOTTA, 2002, p.7)

O jornalismo está inserido na sociedade, faz parte dela, contudo não pode utilizar o seu espaço de voz para reafirmar preconceitos, apesar de que estes estejam presentes na sociedade. Da mesma maneira, é importante a forma como essa informação/discurso se constitui, ou seja, a condição de *dispositivo* (em que condições se diz). Charaudeau (2010) propõe que, no ato de comunicação, o ambiente no qual a mensagem, a informação é determinada impõe restrições para sua realização. Por exemplo, quando conversamos com alguém face a face é diferente da forma quando utilizamos um smartphone ou um computador, uma vez que a linguagem se modifica se usa texto, voz ou imagem para comunicar aquilo que se deseja e, muitas vezes, essa informação não é compreendida pelo outro, é reinterpretada de forma diferente. Igualmente, cada suporte (televisão, rádio,

impresso, internet) tem a sua própria expressão: a voz para o rádio; a voz e a imagem interligadas para a televisão; a palavra com o auxílio de fotografias para o impresso; e, o “casamento” de todos esses elementos na internet. Aqui, estão implícitos as questões de tempo, espaço e o jeito de apropriação por parte do público em relação a cada plataforma.

Amarrando todas essas questões de identidade, finalidade, propósito e dispositivo estão as estratégias discursivas, ou seja, a habilidade de como dizer, de como construir a informação. O jornalista utiliza métodos e técnicas objetivos de apuração: o discurso de fontes, pluralidade de versões para construir a realidade.

O ‘como se diz’, último elemento do contrato de comunicação e que denomino condição *textual* refere-se a uma série de estratégias discursivas, preocupadas fundamentalmente com a garantia do efeito de verdade e, por consequência, da credibilidade de quem enuncia. (BENETTI, 2008, p. 23, grifos da autora).

O público espera do profissional o uso destas técnicas jornalísticas, logo está subentendido no “contrato de comunicação”. São a credibilidade e a verdade que amparam e fundamentam esse lugar de fala por parte do jornalismo na sociedade. No trabalho do jornalista, a investigação jornalística se aproxima da investigação histórica, visto que ambas resultam numa informação que relata fatos, mas não se resume apenas neles. Os acontecimentos são interpretados, comentados e relatados. Como definem Kovach e Rosenstiel (2003), a essência do jornalismo é a disciplina da verificação, ou seja, o profissional exerce o trabalho de checar as informações, de buscar interrogar as fontes ou as testemunhas deste fato, contextualizar e interpretar através de documentos e especialistas. A maneira que o jornalista percorrerá esse caminho ou suas escolhas são as estratégias de reconstituir o fato. Neste trabalho, apresentarei os métodos e técnicas os quais os jornalistas utilizam para narrar os acontecimentos. Da mesma forma, exporei a relação entre objetividade e subjetividade que é o eixo principal que norteia o trabalho do jornalista, pois parto do princípio que todo profissional tem a sua “bagagem” cultural, sua visão de mundo, apesar disso, constrói suas reportagens por meio do rigor do método, ou seja, a investigação do acontecimento.

2.3 Televisão

A função do dispositivo na relação entre os sujeitos é fundamental, pois cada situação de comunicação impõe restrições para a realização deste ato. “Todo dispositivo formata a

mensagem e, com isso, contribui para lhe conferir um sentido” (CHARAUDEAU, 2010, p. 105). Essa concepção compreende que o conteúdo não se constrói de maneira independente da forma, ou seja, a influência entre eles é recíproca. É o tipo de material, como diz Charaudeau, que toma corpo e se manifesta, é maneira como a mensagem é codificada: voz, imagem, palavra, ícone. A televisão é imagem e fala, não é apenas o visual, mas ambas em uma “solidariedade tal, que não se saberia dizer de qual das duas depende a estruturação do sentido” (CHARAUDEAU, 2010, p. 109). Como o autor propõe, a imagem evoca três tipos de efeitos: um efeito de realidade ou designação (é a autenticidade, ou seja, reporta diretamente o que surge no mundo), efeito de ficção ou figuração (é verossimilhança, isto é, representar de forma análoga/semelhante um acontecimento, como a reconstituição) e o efeito de verdade ou visualização (descoberta da verdade, a dramatização, ou seja, torna visível o que era invisível a olho nu). Da mesma forma, a palavra expressa cinco características: a) descrição-narração (descrever o fato, relatar o que aconteceu), b) explicação (apresentar os motivos para ocorrer o fato, os desdobramentos, as consequências), c) testemunho (é quando o enunciador relata um fato que vivenciou, confirma a existência de uma realidade a qual teve contato), d) proclamação (depende do status do sujeito que enuncia e este tem o poder decisão, ou seja, ele tem o poder de dizer e de fazer) e e) contradição (trazer um ponto de vista diferente do já apresentado). Nisto, a televisão une em sua plataforma formas de enunciação e exibição, da união destes elementos resultam em gêneros televisuais variados: novela, telejornal, *reality show*, programa de entrevista, auditório, propaganda, entre outros.

Diferentemente do cinema, a televisão tem uma diversidade de gêneros e um volume maior de imagens, a apreensão por aquele que a vê é variada, o caráter maciço de recepção também modifica as variantes da interpretação pelo telespectador (WOLTON, 1996). De acordo com Charaudeau (2010), a imagem cinematográfica tem uma origem enunciativa buscando construir um discurso ficcional, já a imagem televisionada reúne múltiplas finalidades, ou seja, na construção do seu discurso existe, ao mesmo tempo, o lado ficcional e referencial, não tem uma composição definida.

Quanto à construção referencial da imagem televisual, trata-se de uma idealidade que é dada por contrato (credibilidade: “autenticar a realidade mostrando-a”). Sabe-se, no entanto, que o outro aspecto do contrato (a captação) tende a ficcionalizar essa realidade referencial. Mas essa ficcionalização não é da mesma ordem, pois o propósito não é o mesmo: de simbolização para o cinema, de dramatização para a televisão. (CHARAUDEAU, 2010, p. 110).

No contrato comunicativo estabelecido entre o jornalista e, neste caso, o telespectador, o público considera que os acontecimentos retratados pela imagem e o som são reais, essa informação televisual se apresenta como “espelho”³ da realidade, “uma vez que a televisão é o principal instrumento de percepção do mundo da grande maioria da população” (WOLTON, 1996, p. 69). Apesar dos telespectadores terem a sensação de verem a realidade diante da tela da TV, o jornalismo é uma construção da realidade (TRAQUINA, 2012). As reportagens são frutos do trabalho do jornalista que recorta o fato para transformá-lo em notícia, há um processo de apreensão, gravação e edição para assim difundir a notícia ao público.

A Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República realizou uma pesquisa⁴ quantitativa em 2016 sobre os hábitos dos brasileiros de assistir televisão, ouvir rádio, acessar internet, ler jornal e revista com pessoas com mais de 16 anos. O levantamento chamado de “Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira” mostra que houve um aumento no número de pessoas que utilizam a internet para se informarem e corresponde a 49% dos entrevistados. Apesar disso, a televisão permanece sendo uma das fontes de informação mais usada pelos brasileiros. De acordo com esse estudo, praticamente nove em cada dez entrevistados mencionaram em primeiro ou segundo lugar a TV como o veículo preferido para obter notícias. Isso equivale a 89% dos brasileiros. Quando perguntado quantos dias por semana, de segunda a domingo, o entrevistado assiste a televisão, 77% responderam que veem televisão todos os dias. A pesquisa mostra que mesmo existindo novas possibilidades para informar-se a televisão permanece sendo a principal plataforma para as pessoas saberem o que está ocorrendo no mundo. “Ela é a única atividade a fazer a ligação igualitária entre ricos e pobres, jovens e velhos, rurais e urbanos, entre cultos e os menos cultos. Todo mundo assiste à televisão e fala sobre ela” (WOLTON, 1996, p. 16).

Críticos ferrenhos deste meio de comunicação, como Bourdieu (1997), propõem que a televisão manipula e aliena o público, além de ser um grande perigo pelo caráter espetacular que teria de se relacionar com as “massas”, construindo um consumo passivo de seus

³ Denominada como “teoria do espelho”, é a primeira abordagem que tenta explicar o jornalismo pensando-o como reflexo da sociedade. Surge no início do século XX associada à ideia de que os jornalistas não interferem na realidade apreendida, são imparciais, que apenas relatam o que ocorreu. Ela foi refutada ao longo dos anos. Nesta pesquisa, é trabalhada a concepção da teoria construcionista que trata o jornalismo como construção da realidade. (TRAQUINA, 2002).

⁴ Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2016. 120 p. : il. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>> Acesso em: set, 2017.

produtos. Contrapondo essa ideia, Wolton relembra que “[...] o espectador é o mesmo indivíduo que o cidadão, o que implica atribuir-lhe as mesmas qualidades. Se acreditamos que o público da televisão é influenciável e manipulável, é preciso admitir que o cidadão também o é” (WOLTON, 1996, p. 15). O autor relembra que se o telespectador e o cidadão são a mesma pessoa, portanto, caso se considere o público manipulável, os cidadãos também o são, pois não há uma diferenciação entre esse sujeito. Para Wolton, todas as pesquisas, ao longo de meio século, demonstram que os telespectadores sabem assistir televisão, ou seja, estes fazem uma triagem sobre as informações apreendidas e a própria percepção política age como filtro. Orlandi (2001) postula que na Análise de Discurso não se trata apenas da transmissão de informações em que um fala e depois o outro decodifica, ou seja, o processo comunicativo não está baseado no modelo de emissor-mensagem-receptor, mas esse fenômeno ocorre concomitantemente. Hagen (2012), amparado em Orozco⁵ (1991), recorda que o telespectador tem uma vida antes da tevê ser ligada ou desligada. O público “interage com família, os vizinhos, a escola, o trabalho, os amigos, a igreja, os partidos políticos e a mídia, todos atuando como poderosos agentes mediadores que processam informações, ideias e formam cultura” (HAGEN, 2012, p. 305-306).

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2001, p. 21).

Wolton postula que a televisão tem o caráter técnico (produção e difusão de imagens relevantes de gêneros e *status* diferentes) e o social. Para o autor, as características que explicam o sucesso e a sedução da televisão estão no laço entre a imagem de televisão, o contexto da emissão e da recepção, a igualdade e a confiança. A televisão é um “objeto de conversação”, pois por meio dela as pessoas interagem sobre aquilo que assistiram na “telinha”. Ela é destinada ao público imenso, anônimo e heterogêneo. O espectador, ao assistir este veículo, escolhe fazer parte deste público e estabelece a partir disso uma espécie de laço invisível. Esta concepção só existe quando se pensa em uma televisão generalista, como é o caso da Rede Globo, que seria aquela que agrega diferentes tipos de programas, para os mais variados públicos. Existe uma dupla valorização da liberdade individual e da coesão social, visto que o público opta por assistir ou não a programação proposta.

⁵ OROZCO GOMÉZ, Guillermo. **Recepción televisiva**: tres aproximaciones y una razón para su estudio. México: Universidad Iberoamericana, 1991.

Livre porque cada um “se liga” quando quer, sem ter de justificar a sua escolha diante de ninguém; igualitária e livre também porque todo mundo assiste à mesma coisa, mas, quando a polissemia da imagem ajuda, não existe uma interpretação obrigatória, normativa ou ortodoxa. A imagem deixa uma via de acesso ao sentido, principalmente por intermédio do imaginário, mais igualitário, por exemplo, do que aquele permitido pela leitura, pois o acesso à imagem é mais fácil que o acesso ao texto. (WOLTON, 1996, p. 68).

A TV não é um instrumento neutro na produção de imagens, existe um contexto e “bagagem” cultural tanto daqueles que a criam como daqueles que a consomem. Quando o telespectador olha televisão a constitui como dispositivo que “cumpre um papel social e psíquico de reconhecimento de si através de um mundo que se fez visível” (CHARAUDEAU, 2010, p. 112). A tevê quando constrói os acontecimentos, o faz através dos sentidos, transporta o público para o outro lado e o reflete (CHARAUDEAU, 2009). O sujeito quando olha uma imagem se projeta nela, pois a imagem tem duas características de identificação e representação.

Os sentidos surgem de um encontro entre condições da sua produção e as condições da sua interpretação. O acontecimento não existe em si, é sempre construído. [...] Neste caso, o acontecimento mediático é objeto de uma dupla construção: a de uma encenação aquando da sua transmissão e que revela o olhar e a leitura que dele faz a instância mediática; a do leitor-ouvinte-telespectador que recebe e interpreta. (CHARAUDEAU, 2009, p. 72).

O telespectador pode ter a sensação que a televisão possa refletir a realidade tal qual ela é, contudo os acontecimentos são sempre construídos, há a mediação do jornalista e a interpretação do público. A imagem televisiva nos traz a sensação de que se assiste aquilo que é visível no mundo, ou seja, é autêntico, contudo a realidade é construída. São as estratégias (discurso opaco) utilizadas por esse veículo que lhe são próprias que procuram afetar os sujeitos que a veem. Quando Charaudeau (2010) propõe que na finalidade do contrato de comunicação existe o “fazer saber e o fazer sentir”, na televisão há essas duas naturezas, por exemplo, em um telejornal o público é informado, mas, ao mesmo tempo, é convidado a emocionarem-se com as imagens, histórias, testemunhos que surgem na telinha. Como postula Hagen (2012), as mediações realizadas entre telespectador e, nesse caso, o telejornal são sustentadas pela credibilidade e a verdade, “na relação mais objetiva dentro do campo: informar e ser informado” (HAGEN, 2012, p. 307). Gadret diz que não é somente pelo reconhecimento que o telespectador se vincula a televisão, entretanto, há a empatia, ou seja, o público “reconhece, sente e responde de acordo com aquilo que é apresentado na produção

audiovisual” (GADRET, 2016, p 70). A autora, amparada em Plantinga⁶ (1999), propõe que sujeito se envolve com aquilo que é mostrado, imagina a situação e se coloca no lugar daqueles personagens e isso é promovido pela construção do programa audiovisual.

Não é simplesmente que o telespectador vê um personagem e *se identifica* com ele, na verdade é um processo mais complexo no qual a situação emocional em que o personagem se encontra extrai uma resposta enquanto, ao mesmo tempo, dispositivos técnicos como o close up e a música apoiam e desenvolvem essa conexão. (GORTON⁷, 2009, p. 151 [grifo do autor⁸] apud GADRET, 2016, p.71).

Por meio das estratégias discursivas da televisão (enquadramentos, trilha, narração, silêncio) a linguagem audiovisual amplia e intensifica o sentimento de empatia, ou seja, a televisão convida a sentir. O telespectador é apenas transportado para aquela realidade se ele desejar, se o sujeito aceitar o convite de experimentar essas emoções. Fechine (2008) aponta que nos programas jornalísticos, há a sensação de “presença” compartilhada nas transmissões ao vivo. Ocorre o encontro entre os indivíduos que assistem e os indivíduos que enunciam as notícias.

[...] a transmissão direta, é, antes de mais nada, um fato técnico. Trata-se de uma operação que permite a produção, a transmissão e a recepção de um programa de modo simultâneo. Para os profissionais de TV, tudo o que é levado ao ar através de um procedimento operacional como esse é, sem distinção, chamado de “ao vivo”. (FECHINE, 2008, p. 26).

Na transmissão direta, produção e recepção ocorrem de forma simultânea, ou seja, mesmo naqueles programas gravados esse fenômeno também se realiza, pois são usadas estratégias de continuidade para dar a sensação ao espectador que o programa está acontecendo no momento em que é irradiado. Na transmissão direta há o *texto em situação* que é “um discurso-enunciado que *se faz* no próprio momento em que essas instâncias de produção e recepção, por meio das estruturas semióticas que se manifestam neste ato, interagem” (FECHINE, 2008, p. 44, grifo da autora). Nesta perspectiva, enunciação é compreendida como a manifestação verbal, visual, audiovisual, ou seja, a sua realização, já o

⁶ PLANTINGA, Carl. The scene of empathy and the human face on film. In: PLANTINGA, Carl; SMITH, Greg M. (Org.). **Passionate views: filme, cognition and emotion**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

⁷ GORTON, Kristyn. **Media audiences: television, meaning and emotion**. Ediburgh: Ediburgh University Press, 2009.

⁸ “It is not simply that a viewer sees a character and *identifies* with them, rather is a more complex process in which the emotional situation the character is in elicits a response while, at the same time, techical devices such as close up shot or music aids develops this connection.”

enunciado é o resultado. Na televisão, emissor e receptor são considerados sujeitos semióticos que substituem os sujeitos empíricos, isto é, quando os emissores (jornalista, apresentador, entrevistador) se dirigem diretamente à audiência e este público reflete, comenta com outras pessoas, ou até troca de canal, há, como denominada Thompson (2002), uma *quase-interação mediada*.

Há dois aspectos da quase-interação mediada que são de particular importância para a natureza dos relacionamentos pessoais que surgem através da mídia. Primeiro, como a quase-interação mediada se estende através do espaço e do tempo, ela possibilita uma forma de intimidade com outros que não compartilham o mesmo ambiente espaço temporal; em outras palavras, ela possibilita uma “intimidade à distância”. Segundo, como a quase-interação mediada não é dialógica, a forma de intimidade que ela estabelece não tem um caráter recíproco, isto é, não implica o tipo de reciprocidade característica da interação face a face. (THOMPSON, 2002, p. 191).

Segundo Hagen (2012, p 310), “a interação face a face não existe nesses ambientes, mas é vivida como tal”. Como lembra Fechine, “todo o projeto comunicativo da TV se pauta, afinal, por essa tentativa de ‘falar’ diretamente ao espectador, instalando explicitamente um enunciatário, seja nos enunciados particulares, os programas, seja no macroenunciado que é a programação”. O efeito da transmissão direta produz um contato entre os sujeitos, visto que sincroniza o “passar do tempo” do cotidiano do indivíduo (esfera privada) com o de grupos sociais (espera pública), resultando um “estar com” ou “fazer juntos” que se manifesta nessa ideia de todos verem a mesma coisa e ao mesmo tempo (FECHINE, 2008). Quando se desliga a televisão se interrompe esse fenômeno e o contato é desfeito.

Assistir televisão não é necessariamente uma atividade exclusiva (BRASIL, 2016): assim, concomitante ao uso da tevê 35% dos telespectadores comem alguma coisa quando estão assistindo a esse meio de comunicação e 28% afirmaram que usam o celular. Quase um quarto (24%) assinalou que conversa com outra pessoa enquanto vê TV; 19% fazem alguma atividade doméstica; 17% usam a internet; e 16% trocam mensagens instantâneas; os que não fazem mais nada vendo TV perfaz o total de 26% da audiência. Fechine (2008), amparada em John Ellis⁹, explica que existem dois modos de se ver TV (regimes de visão ou regimes de fruição): o regime do “olhar” (contemplar, do olhar fixo) e o regime da “olhadela” (espiadela). No primeiro modo de assistir televisão, o telespectador está de fato olhando a programação, contemplando, refletindo. Na outra situação, ver tevê é uma atividade

⁹ ELLIS, John. Visible fictions. Cinema, television, vídeo. Routledge & Kegan Paul: London, 1982.

secundária, o espectador está realizando outras atividades e monitora aquilo que é transmitido. O sujeito cria um laço com o televisor de uma forma que ele se torna companhia, faz parte da rotina. Contudo, em ambos os regimes há a *presença*. Conecta-se com a imagem e a voz é essencial, e mesmo quem apenas deixa ligada a televisão para ter um “barulhinho de fundo”, a sonoridade se torna muito importante tanto no sentido de informar quanto na sensação de ubiquidade (se fazer presente em toda parte).

A escuta é, portanto, uma atividade que, por si só, está fundada na co-presença de quem emite (uma pessoa, um rádio, a TV) e de quem recebe o material sonoro. Na sua contínua atualização no tempo, a sonoridade desprende-se de um corpo (humano ou não), rompe os limites da sua localização original e expande-se por outros espaços, colaborando para a criação de um “lugar” comum às instâncias de produção e recepção. É justamente nesse “lugar”, instaurado quando se “vê TV”, que o sentido surge como presença. Admite-se, com isso, que “ver TV” é algo mais do que assistir a um arranjo sintagmático de imagens e sons pela tela. Esse “algo mais” corresponde a uma variedade de sentido instaurados pelas diferentes experiências propiciadas pelo nosso contato com a TV, independentemente do que é nela exibido. (FECHINE, 2008, p. 116).

Portanto, a televisão pode ser compreendida como laço social em que os espectadores experienciam uma atividade individual, mas quando este sujeito escolhe assistir determinado programa une-se a um público imenso, heterogêneo e anônimo estabelecendo um laço invisível que “o mais importante não é o que se vê, mas o fato de se falar sobre isso” (WOLTON, 1996, p 16). Esse mecanismo de integração social ao mesmo tempo constitui um efeito de presença (FECHINE, 2008) por meio de suas transmissões diretas que proporcionam enquanto construção discursiva que forja uma aproximação ou vínculo entre telespectador e tela. Essa intimidade cria o contrato de comunicação em que emissor e receptor esperam determinadas ações um do outro amparado na credibilidade e verdade, principalmente, no jornalismo. A televisão por ser um dispositivo (CHARAUDEAU, 2010), ou seja, é o “como se diz”, atribui sentido a mensagem, pois forma e conteúdo unidos informam, comunicam.

2.4 Grande reportagem

Para cumprir a finalidade do contrato de comunicação acordado com a sociedade, o jornalista precisa mediar a realidade e reportá-la com responsabilidade (IJUIM, 2009, p.86). A rotina nas redações não permite tecer a realidade com tranquilidade. Os jornalistas vivem sob a “tirania do fator tempo”, todo dia precisa ser entregue o conteúdo final ao público, é uma atividade prática e cotidiana, orientada pelo *deadline*. A grande reportagem ou a série de

reportagens é a alternativa, entre os gêneros jornalísticos, para aprofundar as temáticas, desde a concepção da pauta até a edição final sem uma preocupação para veicular a matéria de forma imediata. O tempo de produção é determinado pelo planejamento de todas as etapas de construção da narrativa jornalística: apuração, produção e edição. Como propõe Sodré e Ferrari (1987, p. 15), as principais características da grande reportagem são a) predominância da forma narrativa; b) humanização do relato; c) texto de natureza impressionista e d) objetividade dos fatos narrados. Os autores explicam que há na grande reportagem a reconstituição das ações e o acompanhamento do desenrolar dos acontecimentos, a presença da contextualização e da problematização da realidade, ao contrário do simples relato dos fatos presente nas notícias.

A abrangência é característica que define uma grande reportagem, visto que a preocupação dos jornalistas é comunicar o público de forma mais ampla possível provocando a sua reflexão. “E tudo isso voltado para uma abordagem multiangular, para uma compreensão da realidade que ultrapassa o enfoque linear, ganhando contornos sistêmicos no esforço de estabelecer relações entre as causas e as consequências de um problema contemporâneo” (LIMA, 2009, p. 21). A temática, em uma série de reportagens, não está ligada apenas com o “aqui e agora”, ou seja, ela não depende apenas da atualidade: podem ser reportado assuntos que se baseiem no interesse público (bem-comum) que fogem da agenda da mídia. Há o aprofundamento, a imersão, visto que o jornalista dispõe de tempo de pensar a pauta, pesquisar dados e fontes, desdobrar, contextualizar, ir “a campo”: ver, sentir, interagir com as fontes, para assim, encontrar um olhar sobre o assunto. A grande reportagem, como propõe Canellas (2008, p. 113), busca o recorte do real ampliando a extensão dos acontecimentos ao resgatar o interesse público do fato, porque retira a obscuridade que está presente nas notícias, ou seja, apenas o relato do fato sem a problematização. “Um fato ganha força jornalística quando se aproxima da especificidade, quando revela características somente suas, quando está imbuído de singularidade” (CANELLAS, 2008, p. 108).

O fazer jornalístico não se restringe em noticiar os fatos, segundo Ijuim (2010, p. 120), mas supõe o relato das ações humanas, isto é, o jornalista precisa considerar os acontecimentos como fenômenos sociais, para assim poder narrá-los. Uma série de reportagens “abre as portas” para a liberdade de narrar utilizando a sensibilidade: pode-se utilizar figuras de linguagem, a coloquialidade, as poesias, as histórias de vida. No caso da TV, música, silêncio, imagens marcantes para não somente propiciar a informação, mas despertar o interesse do público e provocá-lo a refletir sobre a realidade (IJUIM, 2010).

Contudo, essas estratégias discursivas (música, movimento, cor, artes, aparências, poesia) só funcionam como uma proposta humanizada quando à serviço da informação, visto que quando isolados do todo, assumem outro significado: o exagero, a distorção, o entretenimento sem conteúdo de cunho social, uma narrativa que está longe do interesse público, que é o que fazem os programas sensacionalistas e as reportagens que só visam a audiência. E, assim, transformam o outro em exótico, em coisa, em seres grotescos e risíveis. Por isso, a responsabilidade do jornalista está em utilizar os elementos com responsabilidade buscando informar, contribuir com a cidadania. Ijuim postula que o real e o poético precisam estar unidos na narrativa jornalística para o repórter dar maior atratividade e compreensão a sua reportagem.

Ao aceitar que o fazer jornalístico contribui para a construção social da realidade, o presente estudo vislumbra a possibilidade do jornalista conseguir suplantar o “efêmero e o circunstancial” e chegar ao “essencial humano”: ir além do “urgente” para atingir o “importante” – ao se apropriar de alguns recursos da literatura para “criar, dar vida, à sua obra” (narrativa jornalística). (IJUIM, 2010, p.119).

E essa sensibilidade não afasta a responsabilidade de informar com precisão, exatidão e objetividade. “Ou seja, há possibilidade de uma abertura de sentido que promova um jornalismo informativo de qualidade e que seja, ao mesmo tempo, crítico e propositivo, sem que para isso seja recorrer à apologia ou a linguagem panfletária” (CANELLAS, 2008, p. 108). O jornalismo pode ser entendido como o alicerce da sociedade quando se compreende que ele faz parte do processo de construção da realidade e de interação social. Ele é legitimado pela sociedade para realizar a mediação dos acontecimentos. O contrato de comunicação estabelecido pelo público e os jornalistas espera que este profissional trabalhe amparado na ética e a verdade, e são esses elementos que dão credibilidade para que tenha voz. No próximo capítulo, refletirei sobre o jornalismo como encontro com o outro.

3 JORNALISMO COMO ENCONTRO COM O OUTRO

Compreender o que é o jornalismo humanizado é fundamental nesta pesquisa, por isso, faz-se necessário entender, primeiramente, as questões éticas e os pilares e o interesse público. Depois, apresentarei os elementos para um jornalismo humanizado e alteridade como princípio para a construção das relações humanas.

3.1 As questões éticas no jornalismo

Para se compreender o que é a ética jornalística, se faz necessário, primeiramente, refletir sobre o papel da ética na sociedade, pois o jornalismo está inserido na sociedade e é influenciado por ela. O ser humano é um ser social, portanto, ele vive em comunidade, ele se relaciona com outras pessoas. Vázquez (1985, p. 5-6) postula que as relações humanas são pautadas por algumas perguntas: o que é certo e errado? Qual o caminho seguir? O que é bom ou o que é ruim? Ao longo da história, os agentes se deparam com a necessidade de decidir as suas atitudes por meio de normas e juízos de valor. Nisto, pode-se perceber que os indivíduos não apenas buscam agir da melhor maneira, bem como desejam refletir sobre esses atos. Logo, o comportamento humano é baseado em regras que são formuladas pela sociedade em determinado tempo e espaço e desta maneira influenciam as decisões dos sujeitos. Por vezes, a ética é entendida como uma disciplina normativa que teria a capacidade de explicar o que é bom ou ruim, o que é certo ou o que é errado. Contudo, quando se determina apenas isso como a definição de ética os indivíduos acabam por esquecer o sentido dela: o caráter teórico, ou seja, de fazer refletir, esclarecer, pensar. Por outro lado, a moral muda de acordo com o tempo e o espaço, pois ela está ligada aos princípios e as normas de uma sociedade. Como explica Vázquez (1985, p. 12), a ética não cria a moral, mas a partir do objeto moral ela explica a natureza, os fundamentos e condições da moral. Isto difere da ideia de uma ética normativa ligada à filosofia que formula juízos de valor, prescreve normas e realiza recomendações. A palavra ética vem do grego *ethos* e significa “costume”. Da mesma forma o termo “moral” também quer dizer “costume” e origina-se do latim *moralis* e *moris* (COSTA, 2009, p. 19).

A ética, a ciência da conduta trata dos conceitos que envolvem o raciocínio prático, como o bem, a ação correta, o dever, a obrigação, a virtude, a liberdade, a racionalidade, a escolha. A ética estuda a moral. Embora ambas possam ser entendidas como a mesma coisa, a moral em geral é restringida a sistemas como o de Kant – que se baseia em noções de dever, obrigação e princípios de conduta -, enquanto a ética se limita ao dito raciocínio prático. (COSTA, 2009, p. 19).

A moral é um fato histórico e tem um caráter social, visto que implica numa particular relação entre o indivíduo e a comunidade, ou seja, as duas esferas (individual e coletiva) se relacionam e existe uma por meio da outra. A família, a escola, o Estado, os meios de comunicação, a religião e entre outros são elementos que influenciam o sujeito e também são esferas que refletem a moral estabelecida pela a sociedade. O ato moral visa um fim, isto é, um resultado efetivo. Tanto jornalistas, como químicos ou engenheiros seguem as normas estabelecidas pela sociedade (moral) e refletem sobre estes atos (ética). Bucci (2000) tenciona que o cidadão tem opiniões autorizadas quando o debate é ético, seja no campo, por exemplo, do direito ou da genética, visto que a ética é da esfera do cidadão, mas a técnica se limita aos especialistas. A técnica cabe a cada profissional da área, mas, como se vive em uma democracia, ela busca uma subordinação às decisões éticas socialmente construídas.

Está certo ou errado um repórter mentir para um entrevistado se dizendo eletricista para ver e ouvir aquilo que seria escondido a um jornalista? [...] O homem comum tem o que dizer sobre tudo isso, e tem o direito de dizê-lo e de conhecer as condutas daqueles encarregados de informá-lo. Ele sabe que uma mentira é uma mentira, sabe que um plágio é um plágio – e sabe também que mentir ou plagiar são práticas abjetas. A ética e técnica do jornalismo estão na dimensão do homem comum – longe dele, elas se perdem. (BUCCI, 2000, p. 48-49).

Não significa que o jornalismo deva reproduzir preconceitos que estão enraizados no senso comum, pelo contrário, o seu papel é informar, esclarecer e formar o cidadão. A sociedade o autoriza a realizar essa função, por isso há cobrança. Bucci (2000) postula que a ética jornalística segue uma lógica própria, pois ela contempla premissas institucionais, mas lida com campo abrangendo decisões individuais do jornalista. Há no seu cotidiano a presença de dilemas éticos, cuja solução nem sempre é simples. Os impasses diários se apresentam como caminhos que são contraditórios: dois valores diferentes, mas ambos são aceitáveis em um primeiro momento.

Se tudo se resumisse a separar o lícito do ilícito, a ética jornalística seria uma trivialidade. Sua matéria-prima, porém não é essa, mas é fornecer ao profissional alguns parâmetros que o ajudem a tornar uma decisão entre duas alternativas igualmente lícitas, ou entre o certo – e o certo. (BUCCI, 2000, p. 21).

Costa (2009, p. 103) relaciona a questão sobre a ética no jornalismo com o que Weber¹⁰ postula sobre a ética na política. O próprio Weber na sua proposta faz relação da política com a imprensa, pois acredita que o jornalismo é parte integrante do fazer político por

¹⁰ WEBER, Max. **A política como vocação**. Tradução. Maurício Tragtenberg. Brasília, Universidade de Brasília, 2003.

meio da responsabilidade do seu trabalho. Para o autor, a vocação é, no sentido subjetivo, inclinação à determinada atitude. Ele enumera três qualidades para o político: 1) paixão; 2) sensação de responsabilidade, ou sentido de responsabilidade; 3) sentido das limitações, ou senso de proporção. A teoria weberiana explica que a paixão estaria no significado de dedicação a uma causa, contudo sem o sentido de responsabilidade não se cria o político. Assim, é a sensação de responsabilidade que vai proporcionar o senso de limite e, portanto, dar o sentido de proporção. Este, por sua vez, garante a distância para o agente social ante as situações, que assim teria o controle da razão. A busca pelo equilíbrio está entre a paixão a uma causa e as proporções para atingi-la. Costa explica que assim como a política o jornalismo nasce da paixão a uma causa, contudo ela precisa ser alicerçada, ou seja, “submetida ao firme controle da razão” (COSTA, 2009, p. 106).

Para isso, dois conceitos de Weber (apud Costa, 2009)¹¹, são necessários: a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A ética da convicção diz respeito aos critérios que determinam a ação, isto é, os princípios. Ela estaria ligada a vida particular ou a vida privada, ao caráter do indivíduo. Já a ética da responsabilidade atribui maior valor as consequências das ações e não tem como responsabilizar terceiros pelas próprias ações. Esta está ligada à natureza pública. “A ética dos fins, ou dos princípios, ou da convicção, como ficou conhecida, não é irresponsável. Nem a da responsabilidade é oportunista e destituída de princípios” (COSTA, 2009, p. 108). Segundo Weber (2003)¹², elas são complementares, e é por isso que se faz necessário conciliar os princípios que movem as ações, mas sempre visando às consequências destes atos.

Cornu (1994) classifica os princípios que orientam uma reflexão sobre a ética da informação em quatro eixos: “a missão da imprensa, a liberdade de informação como condição, a verdade como dever fundamental, o respeito pela pessoa humana como limite” (CORNU, 1994, p. 57). O autor propõe que a missão da informação está diretamente ligada ao direito de todo o indivíduo a ser informado e à liberdade de expressão.

É do “direito do público a conhecer os factos e as opiniões” que procede o conjunto dos deveres e dos direitos do jornalista, segundo os termos da Declaração de Munique. É, “em última análise, para o grande público” que ele exerce a sua responsabilidade social, segundo a Declaração da UNESCO. A referência ao direito do público é aqui essencial. Só ela legitima a atividade do jornalista. (CORNU, 1994, p. 58).

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

3.2 Jornalismo e interesse público

Como preposto no capítulo anterior, a finalidade do contrato de comunicação do jornalismo com o público é “informar o cidadão, para que este seja capaz de formar a sua própria opinião” (CORNU, 1994, p. 75). O interesse público é o elemento que legitima o papel do jornalismo na sociedade. “Imbuído da tarefa de mediador social, o jornalista deve construir um texto que leve os leitores a ampliar seu conhecimento da realidade, uma vez provocados, questionados e instigados pelo conteúdo jornalístico” (IJUIM, 2009, p. 87). Desde o final do século XVII, a imprensa se solidifica devido à emergência da burguesia em garantir um espaço político na sociedade que era ocupado pela aristocracia. Os cafés, salões e os periódicos são os primeiros espaços públicos usados para expressar opiniões no sentido moderno. “É sobretudo com o aparecimento de novos lugares, destinados à troca de ideias e à discussão, que se desenhará o espaço aberto à expressão das liberdades de opinião e de imprensa, fermento das Luzes” (CORNU, 1994, p. 147). O espaço público nascente era privilégio de poucos, embora tenha aberto caminho para uma nova forma de pensar a liberdade e independência das opiniões. Bucci (2000) diz que o jornalismo só tem sentido na democracia, na observância dos direitos humanos e na busca pela pluralidade.

O efeito político do bom jornalismo é o fortalecimento da democracia: esta é sua causa nobre. Por isso o jornalismo é, ou deve ser, ou deve-se esperar que seja, um fator de educação permanente do público – um fator de combate de preconceitos, sejam eles quais forem. Dizer que o jornalismo planta suas raízes na ética do homem comum, portanto, não significa torná-lo submisso aos preconceitos que caracterizam o senso comum. Significa apenas excluir a possibilidade de que ele, jornalismo, possa buscar sua ética num campo alheio ao do debate democrático. Ele se constrói no diálogo crítico da cidadania – e não fora dela. (BUCCI, 2000, p. 49).

Para poder cumprir essa missão, “a primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade”, segundo Kovach e Rosenstiel (2003, p. 36). Para os autores, a “verdade jornalística” é um processo de seleção que começa com as primeiras notícias e se desenvolve ao longo do tempo. Como já foi mostrado no capítulo dois, trabalho nesta pesquisa a verdade funcional, ou seja, aquela que não é pensada num sentido filosófico ou absoluto. O jornalismo busca a verdade e não necessariamente produz a verdade: por meio da seleção de fatos, entrevistas, checagem de informações relata os fatos e assim apreende o mundo para o público fazer a sua releitura. “A essência do jornalismo é a disciplina da verificação” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 113). Com o objetivo de exercer a sua função na sociedade, se faz necessário utilizar a objetividade como método de trabalho. Tuchman (1993) explica que a objetividade é um ritual estratégico que protege os jornalistas dos riscos da profissão, como

neutralizar críticas e afirmar o trabalho racional da apuração. Para a autora, três fatores contribuem para o jornalista definir que um fato é objetivo: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais. A forma é entendida como os atributos da notícia que se apresenta além da verificação dos fatos, com quatro procedimentos que auxiliam na apreensão dos fatos: 1) apresentação de possibilidades conflituais (dois pontos diferentes); 2) apresentação das provas; 3) o uso judicioso das aspas (citações dos entrevistados); 4) a estruturação da informação numa sequência apropriada (pirâmide invertida). Todos esses procedimentos são checados ou revisados pela equipe da empresa. O conteúdo é entendido como a realidade social, os processos tipificadores da sociedade, o senso comum que determina se uma informação pode se tornar notícia. E, por último, as relações interorganizacionais é o entendimento do jornalista sobre as fontes de informação que têm interesses pessoais a defender.

Objetividade é uma palavra que vem de *objeto*. Diz-se que tem objetividade o discurso em que se expressam as características próprias do *objeto* – e não as do autor do relato (o sujeito). O jornalismo, produto que é do senso comum, adota a pressuposição tácita de que uma descrição pode ser objetiva, ou seja, pode ser inteiramente fiel às características do objeto, sem que o sujeito a deforme. (BUCCI, 2000, p. 92, grifos do autor).

A objetividade como método tem base no interesse público, não se deve a imparcialidade ou a honestidade do jornalista, mas resulta nesse “rigor no método” (CORNU, 1994). “No jornalismo, só explicando como sabemos o que sabemos podemos fazer com que o público possa, queira, reproduza a informação. É isso o que significa objetividade de método na ciência, ou no jornalismo” (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003, p. 128). Como postulam Kovach e Rosenstiel (2003), o que orienta o método científico é a capacidade de reproduzir o experimento, ou seja, explicar como se chegou aquele resultado. Isso não significa que o profissional é objetivo, pelo contrário, ele tem suas posições, seus ideais, sua “bagagem” cultural.

O senso comum acalenta o ideal da objetividade sobre-humana [...]. O repórter ideal seria o que não torcesse para nenhum time de futebol, não tivesse suas pequenas predileções eróticas, nem seus fetiches, nem seus pecados, que não professassem nenhuma fé, que não tivesse inclinações políticas e nenhum tipo de identificação étnica ou cultura. No mínimo o repórter ideal é aquele que parece “neutro”. (BUCCI, 2000, p. 96).

Kovach e Rosenstiel (2003) tensionam que a “voz neutra”, sem utilizar um método de checagem de informações, cria uma “máscara” para expressar o que na verdade é um ponto de

vista pessoal, não o ponto de vista do jornalista a serviço do interesse público. O problema ético não é trazer as convicções ou até mesmo os preconceitos, mas não esclarecer a suas determinações íntimas, pois todas as pessoas as têm (BUCCI, 2000, p. 97). O jornalista precisa deixar claro ao público e à redação os seus valores, convicções e até mesmo medos. “Se a neutralidade fosse realmente possível, essa questão não seria uma questão ética” (BUCCI, 2000, p. 102). Antes de qualquer coisa, o jornalista é um ser humano, ou seja, ele não é um robô ou uma máquina que gera informações e, ao mesmo tempo, escreve para outros seres humanos que também têm emoções e visões próprias do mundo.

Sem indignação, o espanto, a surpresa não há reportagem. O que não significa que o estilo deve ser meloso ou, noutro extremo, vociferante. Ele não deve ser uma esponja embebida em adjetivos: a precisão jornalística requer realçar a emoção que move os acontecimentos. A objetividade possível não é portanto a correspondência fria de uma descrição a objetos inanimados ou inumanos, mas o impacto quente dos fatos produzidos por *seres humanos* nos discurso ininterrupto do jornalismo. Banir a emoção da informação é banir a *humanidade do jornalismo*. (BUCCI, 2000, p. 95 grifo nosso).

3.3 Jornalismo humanizado: a construção do outro

O jornalismo constrói a realidade por meio dos acontecimentos que são recortados no mundo buscando a coesão social, pois a informação jornalística contribui para criar o sentimento de pertença (CORNU, 1994) e de segurança (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) que é resultado do conhecimento produzido e reproduzido. Assim este conhecimento não é apenas transmitido, mas recriado (MEDITSCH, 2002). O jornalista utiliza métodos objetivos para conseguir exercer esse papel com responsabilidade, contudo não pode o exercício diário da profissão ser reduzido ao simples relatos dos fatos.

Não se trata de ligar o gravador, de trocar mensagens eletrônicas ou algumas palavras no telefone. Uma vez pautado, o jornalista precisa estar com todos os sentidos abertos à realidade que vai encontrar. Ir ao encontro do outro, não apenas física, mas emocionalmente. Um jornalismo à flor da pele. Isso significa ouvir, ver, tocar, sentir, cheirar mesmo; ampliar as possibilidades de questionamentos, desprovido de qualquer *pre-conceito* e, ao mesmo tempo, na certeza de que o *ser humano jornalista* reporta o *ser humano fonte*. [...] É preciso estabelecer o *diálogo*, com vistas a atingir a *comunhão*. (IJUIM; URQUIZA, 2009, p.86, grifo dos autores).

Ijuim (2013, p. 39) postula a necessidade de um jornalismo humanizado que é entendido como a compreensão das ações humanas. No trabalho de apuração, o jornalismo busca versões verdadeiras (não produz a verdade), pois o jornalista não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos em um processo comunicativo.

Na procura da *essência* dos fenômenos, o comunicador atribui-lhe [o fazer jornalístico] *significados*, os *sentidos*, para proporcionar ao público, mais que uma explicação, a *compreensão* das ações humanas. Se busca a compreensão, conta com a observação objetiva, mas para isso, recorre a um carácter humano nato, a subjetividade, o fundo intimista capaz de tornar a narração viva – humana. A observação e a expressão dessa compreensão, assim, dispõem dos recursos de todos os órgãos dos sentidos, que envolvem emoções, afetividades – *subjetividades*. (IJUIM, 2013, p. 40-41, grifos do autor).

Humanizar uma reportagem ou uma notícia independente da plataforma não significa apenas apresentar uma pessoa como personagem da narrativa, “o jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do jornalista” (IJUIM, 2012, p. 133). O discurso depende dos sujeitos para existir, ele é dialógico, ou seja, não está condicionado apenas ao autor da fala ou enunciador, mas também por quem lê. Portanto, o discurso é opaco, não transparente e cheio de possibilidades, visto que não é uma relação direta em que se possam transmitir os significados tal qual o enunciador construiu (BENETTI, 2008, p. 108). Para Benetti (2007), o jornalismo é uma prática discursiva em que o jornalista precisa reconhecer a intenção de criar um texto objetivo, mas resta-lhe “elaborar um texto que no máximo *dirigira* a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia de que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer” (BENETTI, 2007, p. 108, grifo da autora). Freitas (2017) propõe que o sujeito apreende o mundo por meio das suas percepções e dos pensamentos, ou seja, o mundo é percebido em forma de experiências (*campo fenomenal*). O indivíduo está no mundo e faz parte dele. Os acontecimentos são construídos a partir da percepção do sujeito o que corresponde a uma verdade particular.

Como seres humanos, vivendo temporal e espacialmente em um meio complexo, tendemos a reduzir o mundo e tudo o que nele reside às nossas percepções e experiências, a fim de explicar e compreender não só a nós mesmos, mas aos outros com quais coexistimos. (FREITAS, 2017, p. 23)

O sujeito não vive só, ele se relaciona com outros sujeitos. Da mesma forma que há a tentativa de apreender o mundo para entendê-lo, o indivíduo também, pela percepção, tenta captar quem é o outro. A alteridade é essa premissa da diversidade do mundo em que as pessoas buscam assimilar umas as outras, a fim de apreender a singularidade do não “eu”. “Alteridade é compreendida aqui como o fenômeno que envolve o ‘eu’ e o ‘outro’ numa relação de interdependência no mundo, o que explica o modo de existência desse ‘outro’ para o ‘eu’ no mundo é a outridade” (FREITAS, 2017, p. 25). A autora postula que o contato

intersubjetivo com o outro não nos garante que se irá acessar a sua identidade por inteiro: a outridade “é a forma de existência do ‘outro’ em sua singularidade” (FREITAS, 2017, p. 30). Essa outridade tem dois aspectos: a outridade plena e a outridade relativa. A outridade plena é o outro na sua interioridade (medos, receios, alegrias, paixões), ela está implícita. Já outridade relativa é aquela composta por inúmeras possibilidades, isto é, quando se busca alcançar os sujeitos nas relações intersubjetivas, visto que “permite discernir entre o que está expresso e o que podemos supor” (FREITAS, 2017, p. 31). Prado e Bairon (2007) identificam figuras sobre o outro na mídia que estão ligadas à percepção. Na organização narrativa do jornalismo a “figuratividade” contribui para a construção do real, contudo a busca de apreender o outro esbarra na redução dos sujeitos.

Chamamos de “Mesmo” às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, euforizadas pela mídia e homólogas à valorização média de seus públicos. Chamamos “Outro” às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, frente às quais a mídia estabelece distâncias relativas, calculadas, homólogas ao afastamento que seus públicos mantêm. (PRADO; BAIRON, 2007, p. 252).

Em muitas construções, o jornalismo traz a ideia do outro como o diferente, o estranho, o exótico. Por exemplo, o negro, o indígena, a mulher, o homossexual, o sem-terra, o mendigo, o favelado, o pobre, entre outros precisam ser “traduzidos” para o público hegemonicamente dominante (as camadas médias e altas, brancas e masculinas) para serem admitidos e aceitos.

A multiplicidade de sujeitos, de culturas e de identidades interfere na configuração de realidades diversas, que pela interpretação adquirem significados. Com essa ação interpretativa, agenciam-se modos de ver a vida – movimento seletivo que faz com que alguns sujeitos tornem-se perceptíveis, enquanto outros sejam destinados ao apagamento. (FREITAS, 2017, p.13).

Na sociedade, são construídas formas de se apreender as pessoas e assim, na maioria das vezes, permanecem o senso comum. Não existe um aprofundamento em saber quem é o outro, tanto os acontecimentos quanto os sujeitos são captados por meio de “esquemas tipificadores” ou “mapas de significado” (BERGER, LUCKMANN, 2009; HALL, 1993). Esses mapas de significado podem ser fruto do imaginário social. Maffesoli (2001) define que o imaginário é uma força social, é uma construção mental, mas que não se reduz à cultura. O autor diz que cultura é o conjunto de elementos que são passíveis de descrição. Já o imaginário é uma atmosfera, nasce na sociedade, mas não tem sua origem concreta, não é

apreensível. Apresenta um elemento racional, embora também tenha o lúdico, o onírico, o afetivo. É fruto de processos interacionais que criam sua aura.

O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade, etc. O imaginário estabelece vínculo. [...] A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado. Refiro-me a todo tipo de imagens: cinematográficas, pictóricas, esculturais, tecnológicas e por aí afora. (MAFFESOLI, 2001, p. 76).

No estudo dos sentidos da Análise do Discurso, o texto (o objeto) analisado é a parte visível de um processo complexo que se inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. A segunda camada não é evidente, pois é formada pelas construções discursivas (formações discursivas) presentes na sociedade (BENETTI, 2007). Como observa Benetti (2007), o discurso é construído de forma intersubjetiva, portanto, se faz necessário compreendê-lo como um processo histórico e subordinado a enquadramentos sociais e culturais. “O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário” (BENETTI, 2007, p. 109). O jornalismo, quando entendido como gênero discursivo, aceita que elementos que estão expressos na sociedade possam ser usados para criar as suas narrativas. Maffesoli (2001) sugere que para se construir narrativas se faz necessário utilizar arquétipos, que são esquemas que tipificam os personagens e as questões sociais inspirados nas construções imagéticas de uma sociedade. Isso “não dá conta do real, embora tenha uma parte de verdade. [...] Portanto, as tecnologias do imaginário bebem em fontes imaginárias para alimentar imaginários” (MAFFESOLI, 2001, p. 81).

A linguagem é capaz não somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária mas também de “fazer retornar” estes símbolos apresentando-os como elementos objetivamente reais na vida cotidiana. Desta maneira, o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão pelo senso comum desta realidade. Vivo em um mundo de sinais e símbolos todos os dias. (BERGER, LUCKMANN, 2009, p. 61).

Cornu (1994) lembra que da mesma forma que na observação e na interpretação dos fatos o jornalista utiliza métodos objetivos e a sua subjetividade para construir a informação, na ordem da narração também estão implícitos esses elementos. “O jornalista é observador, é intérprete. É também narrador. Lança seu olhar sobre os fatos. Põe inteligência e convicções ao serviço de sua compreensão. E para os contar envolve ainda a sua sensibilidade” (CORNU, 1994, p. 362-363). Lago (2010) propõe que o desafio do jornalismo para cumprir a sua missão de responsabilidade social que o liga a conceitos de interesse público, cidadania e democracia

é a busca da pluralidade e isso não se resume em seguir uma velha fórmula de apresentar dois pontos de vista diferentes, mas contemplar e incorporar o outro.

Por que, se é verdade que a possibilidade de diálogo se instala pela narrativa, ou pelas “brechas” possíveis nessa narrativa, a possibilidade de ver brechas se dá a partir da incorporação de um olhar que não está nos cânones profissionais, mas sim fora deles. (LAGO, 2010, p. 169).

Existem seis pontos que influenciam essa apreensão dos fatos pelo jornalismo: 1) a realidade ou os aspectos manifestos do acontecimento; 2) os constrangimentos organizacionais impostos aos jornalistas; 3) as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; 4) as rotinas das redações; 5) os valores-notícias dos jornalistas; e 6) as identidades das fontes de informação (TRAQUINA, 2012). Esses elementos contribuem, muitas vezes, para uma “mecanização” da narrativa jornalística, pois os jornalistas apesar de terem o domínio das técnicas, de saberem captar as informações, reordená-las para se tornarem acessíveis ao público, não conseguem ampliar o conhecimento da realidade, provocar uma reflexão para quem se apropria das notícias. Vicchiatti (2005) critica este jornalismo tecnicista e propõe que o jornalista deve estar preocupado com a estética e com o social, pois a linguagem é a maneira que este profissional dispõe para informar a sociedade em que está inserido.

O jornalismo, mesmo com a obrigatoriedade de manter-se fiel aos fatos, vai-se permitindo avanços lentos, mas preciosos, em direção à utilização de elementos da literatura. Dos *textos frios*, apenas tecnicamente corretos, os profissionais da imprensa partem em busca de maior identificação com o leitor, recheando informações com histórias de vida, trazendo emoção e sentimentos para revelar o colorido dos fatos cotidianos. (VICCHIATTI, 2005, p. 85, grifo do autor).

O jornalismo que desumaniza, segundo Ijuim (2012), é aquele que tem problemas éticos, pois a falha se encontra antes do trabalho de apuração, mas está na concepção da pauta que apresenta uma visão fragmentada tratando os assuntos de forma isolada sem considerar as múltiplas conexões possíveis, a contextualização dos fatos. “Esta [concepção da pauta] imbuída de propósitos, convicções, certezas, crenças com raízes profundas” (IJUIM, 2012, p. 125). O autor postula que o jornalista é responsável moral, que está vinculada aos princípios éticos do jornalismo (interesse público, liberdade de informação como condição, a verdade como dever fundamental, o respeito pela pessoa humana como limite), pelas suas atividades e compromissos. Por isso, o exercício ético contribui para a elevação do nível de consciência do jornalista e também colabora com a reflexão da audiência, pois há um alargamento na visão

de mundo e a compreensão entre os seres humanos. Como relembra Freitas (2017), na relação construída no jornalismo não existe apenas o sujeito-enunciador (jornalista) e o sujeito-intérprete (público), mas existem outros sujeitos: as fontes, os leitores reais e imaginados, os “outros” narrados e idealizados, os membros da comunidade profissional, o veículo. Por isso, “posicionar a alteridade entre essas condições exige do jornalista a compreensão da complexa sociedade na qual ele se insere, a qual observa e descreve narrativamente” (FREITAS, 2017, p. 48). Lago propõe a necessidade do jornalista se esforçar em descentrar o olhar para “torná-lo permeável a pontos de vista, ângulos, vivências, à possibilidade de ser afetado pelo Outro, em vez de tentar percebê-lo pelas atuais gramáticas normativas que figuram nos manuais e dentro de redações” (LAGO, 2010, p.175). Nisto, Ijuim (2013) postula que o jornalista na busca pela compreensão das ações humanas precisa aprimorar habilidades para realizar esta tarefa. O autor diz que os atributos necessários para a prática jornalística são a observação/percepção, a reflexão e a expressão.

O compromisso do comunicador envolve a *observação e reflexão* de mundo, de modo que, *percebendo-o*, possa *expressá-lo*. Não lhe cabe, portanto, somente a função técnica, mas a função social de comprometer-se com o mundo, de reconhecer que sua autoria responsável deve ser fruto do diálogo social, de sua cumplicidade/solidariedade com o público - os outros seres humanos. (IJUIM, 2013, p.44, grifos do autor).

A partir destas habilidades surgem os desafios do cotidiano do jornalista. No desafio técnico há a busca para aperfeiçoar as narrativas e utilizar as tecnologias para relatar de forma veraz e assim compreender melhor os acontecimentos. Nisto, esse profissional desenvolve a sua capacidade de expressão e apreensão do discurso do outro. No sentido estético, utilizar a expressão para ultrapassar as técnicas e assim alcançar a criatividade, tecendo narrativas contextualizadas e humanas. Da mesma forma, apurar a observação para ter maior sensibilidade em apreender o mundo e alcançar profundidade do momento presente.

Por isso, vale a pena insistir – não basta o domínio da técnica jornalística e da estética em si mesma, lançando mão dos mais diversos instrumentais disponíveis. A verdadeira diferença começa na compreensão de mundo profissional, de seu real compromisso com os demais humanos e com a convicção de que, mais do que “provar a verdade” com dados e entrevistas que se “encaixam” perfeitamente para demonstrar uma tese, sua tarefa é provocar, problematizar, iluminar, narrar histórias contextualizadas. (IJUIM; URQUIZA, 2009, p. 96).

Por meio da reflexão, o jornalista tem o desafio ético de ampliar os seus horizontes para desse modo aceitar a alteridade (a natureza do outro). Contudo, esse profissional precisa

também transcender a pergunta se a matéria ou enfoque utilizado é moral ou não. Ijuim (2013) diz que é necessário discutir a diversidade de questões que envolvem o mundo e assim superar os preconceitos e generalizações apressadas, permitindo o jornalista desenvolver a capacidade de identificar, reconhecer e respeitar o outro. “O relato jornalístico, assim não é *produto* de simples execução de técnicas narrativas, mas *fruto do amadurecimento* da observação apurada, da reflexão dedicada e da emoção solidária do comunicador” (IJUIM, 2013, p. 45, grifos do autor).

Cornu (1994) postula que o respeito pela pessoa humana é o limite para a prática jornalística. “A responsabilidade e a liberdade de não dizer, de reter certas imagens, de cortar. Por respeito das pessoas implicadas, do seu público e de si mesmo. Como limite imperativo ao dever da verdade” (CORNU, 1994, p. 409). Apesar de o jornalismo informar a sociedade, nem todos esses relatos concernem ao interesse público, ou seja, o que não é público (diz respeito ao bem-comum) não é da sua competência. Cada pessoa tem o direito a proteção da vida privada e a intimidade, principalmente, quando o indivíduo vive uma tragédia que é noticiada.

Nunca considerar o outro como um meio, é ter em conta a humanidade de cada homem, de cada grupo que os tumultos da história transformam em “objetos” de informação. É trata-los como seres humanos e não como material informativo destinado alimentar o sistema mediático, orientado para a satisfação do público, para o sucesso de audiência, de tiragem, de venda. Isso concerne o jornalismo de investigação, mas mais ainda o jornalismo “de catástrofes”, o *Katastrophen-Journalismus* – tragédia dos estádios ou acidentes de aviação. (CORNU, 1994, p. 407).

O jornalista precisa ter como ponto de partida o ser humano, deslocar o *que* para o *quem*, ou seja, não se restringir ao relato dos fatos, mas buscar compreender o que se passa ao redor. Existem diversas maneiras de falar sobre o outro e apesar de existir o rigor na apuração, a contextualização e a exatidão dos fatos em nada são compatíveis se o respeito pela pessoa humana não guiar essa matéria jornalística (CORNU, 1994).

3.4 Telejornal: o gênero da empatia por excelência

A televisão por ser um dispositivo de encenação (CHARAUDEAU, 2010) atribui sentido particular a mensagem veiculada neste meio, ou seja, através de imagens e voz comunica a um público imenso, heterogêneo e anônimo os acontecimentos apreendidos no mundo. Ao unir diferentes pessoas diante de sua programação, a televisão cria um laço social

invisível (WOLTON, 1996), pois oferece a possibilidade de cada telespectador (cidadão) participar de forma individual de uma atividade essencialmente coletiva. Da mesma forma, também ocorre o encontro entre o público que assiste e os indivíduos que enunciam as notícias, há um efeito de presença (FECHINE, 2008) que é construído por meio das transmissões diretas que simulam uma aproximação entre espectador e tela. “Desde o advento dos meios eletrônicos, estar na mesma ambiência, no mesmo lugar ou situação não significa, no entanto, comungar de um mesmo espaço físico” (FECHINE, 2008, p. 135). Hagen (2009) postula que o jornalista espera uma interação com o público, da mesma forma que o público confere ao apresentador do telejornal a função de “guia” para compreender o mundo.

O apresentador funciona como um reforço emocional às notícias, sinalizando quais são mais importantes e como se deve reagir a elas. Assim, um olhar terno, um sorriso espontâneo, um rosto credível remetem o público a uma biblioteca pessoal de situações e emoções que reafirmam – ou não – a crença no outro: acredite ou desconfie, aceite ou refute, simpatize ou antipatize. Mesmo que em nenhum momento haja uma comunicação olho no olho, isso não impede que o apresentador mire a lente em busca de um olhar de interlocução e que, em casa o público, olhando nos olhos do apresentador através da tela da TV, sinta esse contato – o mesmo buscado na interação face a face. (HAGEN, 2009, p.51).

Como explicam Berger e Luckmann (2009), a interação prototípica tem origem na situação face a face, mas pode ser facilmente deslocada desta, pois há a capacidade de comunicar significados que não são restritos no “aqui e agora”. Os autores comparam a relação face a face que ocorre no cotidiano com o teatro, pois no momento que a cortina sobe uma nova realidade é construída diante dos olhos dos espectadores que são transportados para aquela realidade. Quando a peça termina, voltam à “vida normal”. Fechine (2008) também diz que só há o espaço de linguagem se o sujeito-enunciador decide se mostrar e, assim, deixar o outro sujeito observá-lo. A autora denomina esse fenômeno de teatralidade. No telejornal, por exemplo, os apresentadores e os repórteres se dirigem diretamente ao público que está diante da “telinha” para criar esse sentimento de presença, diminuir a distância entre o outro que está sentado no sofá assistindo ao programa. “Mesmo que não haja presença física que coloque frente a frente apresentador e telespectador, isso não impede que os sentidos acionados se utilizem da alteridade para simular a presença do outro.” (HAGEN, 2009, p. 49).

O telejornal é o gênero que engloba o maior número de formas televisuais, segundo Charaudeau (2010): entrevistas, debates, reportagens, análise de especialistas. Do mesmo modo, o telejornalismo também pode ser entendido como uma forma de conhecimento. Ekström (2002) postula quatro características para se compreender o conhecimento produzido

pelo jornalismo televisivo: a) apresentação e visualização; b) mensagens poderosas, emotivas e claras; c) acontecimentos extraordinários e d) transitoriedade e o imediatismo.

3.4.1 Apresentação e visualização

A primeira condição é que este meio é pensando na apresentação e visualização. Como o autor diz grande parte do processo de produção é pensada e pautada pelo acesso as imagens sobre o assunto. Se não houver recursos visuais, o tema passará a ser uma nota pelada¹³ no telejornal.

3.4.2 Configuração de mensagens poderosas, emotivas e claras

A segunda propriedade é configuração discursiva de mensagens poderosas, emotivas e claras. “A forma de conhecimento que a televisão transmite desperta sentimentos e empatia por parte do espectador. [...] Isto não quer dizer que esse meio hipnotiza seu público, tornando-os totalmente passivos (EKSTRÖM, 2002, p. 265, tradução nossa¹⁴)”. Justamente por ter um ritmo próprio de recepção para o público, o telejornalismo oferece uma forma própria de apreensão do mundo em suas abordagens, pois os programas mostrados seguem uma ordem pré-estabelecida pela produção ao contrário de uma leitura em que o sujeito pode ler da forma que desejar. O leitor pode começar em qualquer lugar e voltar novamente a alguma parte do livro. Já a televisão é planejada para a apreensão e compreensão imediata, ou seja, suas produções são pensadas em ritmo em que a transmissão seja direta e é definida por esse modo de recepção.

A partir do pressuposto que o discurso só existe entre os sujeitos, Gadret (2016) tensiona que, no telejornalismo, não basta reconhecer a emoção construída nas reportagens, mas o público precisa compartilhar desse sentimento e desejar vivenciá-lo. A televisão traz essa ideia de “lugar intersubjetivo de encontro” (FECHINE, 2008, p. 137), pois se constitui como um espaço em que coloca os interlocutores no mesmo presente, em uma simultaneidade temporal. No contrato de comunicação, uma das suas condições é as identidades dos sujeitos,

¹³ Nota pelada é quando o apresentador do telejornal se dirige ao público e o informa. Não há o recurso de imagens para ilustrar a informação.

¹⁴ “The form of knowledge that television conveys best arouses feelings and empathy on the part of the viewer. [...] This is not to say that television mesmerizes its audiences, rendering them totally uncritical”.

cada um saber o seu papel nessa relação. Charaudeau (2010) propõe que no ato de linguagem há quatro mecanismos de significação produzidos pelo sujeito. O primeiro é quando se atribui uma hipótese para a *identidade* do outro, ou seja, é a outridade relativa (Freitas, 2017) em que se busca definir seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses. O segundo corresponde ao *efeito* que se deseja produzir em relação a esse outro. O terceiro é o tipo de *relação* que se busca criar com esse sujeito. E o quarto dá conta do tipo de *regulação* prevista pelo ato da linguagem, articulando os três anteriores. “É falando com o outro – isto é, falando o outro e se falando em si mesmo - que comenta o mundo, ou seja, descreve e estrutura o mundo” (CHARAUDEAU, 2010, p. 42). Como o autor observa o ato de falar do ser humano não é para recortar, descrever, estruturar o mundo, mas é para se colocar em relação com o outro, “porque disso depende a própria existência, visto que a consciência de si passa pela tomada de consciência da existência do outro” (CHARAUDEAU, 2010, p. 42). A alteridade pressupõe essa busca de apreender o outro, ou seja, o não “eu” e assim conseguir compreender o mundo ao redor (FREITAS, 2017).

A alteridade, sob a lógica do jornalismo, não se apresenta apenas como fenômeno, mas como um processo que media temporal e espacialmente as relações intersubjetivas (dotadas de semelhanças e de diferenças), promovendo o conhecimento da diversidade e produzindo efeitos sociais a partir das escolhas resultantes das mediações jornalísticas. (FREITAS, 2017, p. 51).

Nas narrativas que produz, o jornalismo constrói para o outro uma identidade recriada no texto, diferente da condição original e da essência do outro. Nesse processo, também há a interpretação do público que tem acesso ao texto, pois a construção feita pelo jornalista abre a possibilidade a novas apreensões e reconfigurações. “É devido à capacidade mimética e representativa que podemos falar que, no jornalismo, toda a outridade é relativa, historicizada, interpretada, construída e ressignificada – tanto pelo jornalista quanto pelo público” (FREITAS, 2017, p. 50). No telejornalismo, a estética também permite novas possibilidades para esse processo de apreensão do outro, pois neste dispositivo é possível também acessar os sujeitos por meio das imagens e a voz, o público pode vê-los, escutá-los. A relação face a face é vivida com tal no telejornal, pois é possível apreender a expressividade humana e assim reconhecer o outro e o mundo. Gadret (2016) propõe que a composição da imagem, os enquadramentos, os ângulos, os movimentos de câmera, a iluminação, a música dão significados variados às narrativas jornalísticas e assim também permitem novos sentidos à construção do outro pelo jornalismo. Por exemplo, o close constrói a ideia de proximidade entre o personagem da narrativa e o telespectador, assim o público apreende a emoção da

fonte. Ao contrário desse enquadramento, o plano geral anula os detalhes e assim contextualiza e ambientaliza o local onde se passa a história. A autora postula que a edição confere o ritmo à reportagem, criando relações com o real de formas diversas.

3.4.3 Acontecimentos extraordinários

A terceira característica da forma de conhecimento do telejornalismo, de acordo com Ekström (2002), é a orientação para a construção de acontecimentos extraordinários, ou seja, o jornalismo informa ao público algo digno de ser noticiado. Charaudeau (2009) postula que, no telejornalismo, os acontecimentos são reforçados através de imagem-sintoma que são aquelas imagens que remetem a outras imagens já carregadas de significados.

Para que uma imagem tenha efeito sintomático, é preciso que seja dotada de uma forte *carga semântica*, que seja *simples* e que tenha uma certa *recorrência* de aparição tanto na história como no presente. Todas as imagens têm sentido, mas nem todas têm necessariamente um efeito sintoma. (CHARAUDEAU, 2009, p. 73).

A interpretação da imagem depende de quem recebe, ou seja, a imagem-sintoma deve remeter aos imaginários profundos da vida, as histórias, sentimentos daqueles que a veem. “Assim, carregadas semanticamente, simplificadas e fortemente reiteradas, as imagens acabam por se instalar nas memórias coletivas como sintomas de acontecimentos dramáticos” (CHARAUDEAU, 2009, p. 74). Nesta mesma concepção, Orlandi (2001) diz que a memória influencia o discurso e nessa perspectiva ela é tratada como interdiscurso, ou seja, ela é entendida como aquilo que foi dito antes, em outro lugar, são as concepções da sociedade, a influência de outros grupos sociais (Estado, família, religião, escola, trabalho). A autora denomina isso de memória discursiva.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos os constituem nele. [...] O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. (ORLANDI, 2001, p. 32).

Maffesoli (2001) diz que o imaginário é uma construção histórica, nasce na sociedade e é resultado da sua interação. As imagens são resultado do imaginário, visto que elas são criações humanas, a sua fonte é tecnológica. Por isso, a televisão utiliza o imaginário para

construir o seu discurso, capta na sociedade a sua atmosfera, seus arquétipos e produz um conhecimento com significados poderosos, claros e emotivos. A forma, a sua argumentação persuasiva impõe-se na sedução, ou seja, a emoção (MAFFESOLI, 2001). Como exemplifica Charaudeau (2009), na construção dos acontecimentos trágicos, a imagem televisiva adquire sentido através da sua “colocação em argumento” e assim caracteriza-se por: 1) o *anúncio* da eclosão do conflito; 2) a *apresentação* das imagens da tragédia; 3) *ações dos socorros*. Nessa narrativa, colocam-se sempre três tipos de atores: as vítimas, os responsáveis e os salvadores.

O objeto de análise de minha pesquisa é uma série de reportagens sobre adoção e, da mesma forma, é construída por meio de personagens: as crianças, os pais adotivos, os assistentes sociais, a justiça, entre outros que reforçam o imaginário sobre essa temática. Cada lugar de fala na matéria jornalística segue determinadas condições, são as histórias das fontes ancoradas nas tipificações construídas pela sociedade que o jornalista apreende e os narra. Ou seja, o que já foi dito, reportado, explicado sobre adoção, família e relacionamentos está na memória do público. Assim tanto a interpretação pelos telespectadores sobre a reportagem é influenciada por esse saber anterior quanto a construção do fato por parte do jornalismo também está ligado a essas concepções sociais. Por isso, para entender o jornalismo como gênero discursivo é fundamental compreender “quem diz e para quem se diz” (PÊCHEUX, 1990). “Para tratar do campo jornalístico e da audiência, é preciso ir além da ideia de sujeitos sociais como agentes do mundo da vida para assentar-se no entendimento de sujeitos discursivos que ocupam determinadas posições discursivas” (GADRET, 2016, p. 81).

Na televisão, o fato jornalístico precisa estar acontecendo (EKSTRÖM, 2002). Berger e Luckmann (2009) dizem que a linguagem tem a capacidade de transcender o “aqui e agora”, pois ela pode tornar presente acontecimentos passados e aproximar o futuro. “Dito de maneira simples, por meio da linguagem um mundo inteiro pode ser atualizado em qualquer momento” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 60). O telejornal obtém um efeito de proximidade entre o conteúdo enunciado e sua enunciação, ou seja, os jornalistas reiteram discursivamente o sentido mais característico do jornal ao atualizar o público.

Por ser composto pela articulação majoritária de sequências gravadas e por ser obrigado a noticiar fatos que não são concomitantes à sua exibição, sua própria transmissão direta passa a ser condição determinante de pretendida presentificação dos fatos passados ou futuros no momento mesmo em que está sendo levado ao ar. (FECHINE, 2008, p. 177).

3.4.4 Transitoriedade e imediatismo

A última característica do conhecimento produzido pelo telejornalismo é a transitoriedade e o imediatismo. “No domínio do telejornalismo, o conhecimento é um fenômeno fugaz. Isso é em parte uma consequência da demanda peculiar ao imediatismo do jornalismo” (EKSTRÖM, 2002, p. 266, tradução nossa¹⁵). O jornalismo entendido como gênero do conhecimento pressupõe que a imediaticidade é o ponto de chegada (GENRO FILHO, 1987), um processo técnico e racional que envolve a reconstrução dos acontecimentos. O jornalista por meio da percepção dos fatos os “recorta” e os narra e estes são determinados pelo fator tempo. As informações são organizadas em ordem de importância (*lead*¹⁶), elencando os principais fatos para transmiti-los ao público.

Assim o conhecimento produzido pela atividade jornalística é efêmero ou transitório, na medida em que seus conteúdos possuem um vínculo com este tempo presente, correndo o risco iminente de desatualização. É, ao mesmo tempo, instantâneo ou imediato na medida em que busca diminuir ao máximo a distância temporal entre a ocorrência e a sua recepção pública. (GADRET, 2016, p. 84-85).

A “briga” do jornalismo com os ponteiros do relógio também implica na forma como os fatos serão apreendidos. Na televisão, por exemplo, as notícias são organizadas de forma que os telespectadores compreendam claramente as informações, não há tempo para desdobrar os acontecimentos. Por isso, o cuidado com o outro precisa ser redobrado, na forma de narrá-lo, pois não se consegue conhecê-lo por inteiro (outridade plena), “existe a probabilidade de nossas interpretações criarem representações equivocadas sobre ele, pois o ato interpretativo é tão subjetivo e ambíguo quanto a relação entre sujeitos que o origina” (FREITAS, 2017, p 34).

Como propõe Genro Filho (1978), a singularidade define o jornalismo, pois ela é entendida como o fato em si. O papel do jornalista é apreender os acontecimentos e assim compreender as ações humanas. Ao desempenhar a função de mediador da realidade, faz-se necessário reconstruí-la por meio de “uma narrativa que seja capaz de fazer a diferença, causar movimento, desestruturar, desconstrair, mexer com a vida das pessoas” (IJUIM, 2009, p. 87).

¹⁵ . “In the realm of television journalism knowledge is a fleeting phenomenon. This is partly a consequence of the inherent demand for immediacy in journalism.”

¹⁶ Geralmente, o lead é o primeiro parágrafo de uma notícia e tenta responder a seis perguntas – O quê? Quem? Onde? Como? Quando? Por quê? –, a fim de fornecer ao público os principais aspectos do que ocorreu (o fato) de forma clara.

A busca pela compreensão das ações humanas (jornalismo humanizado) precisa utilizar esquemas tipificadores (BERGER, LUCKMANN, 2003), em um primeiro momento, para entender o mundo e a sociedade, contudo para o jornalismo exercer a sua responsabilidade social é preciso avançar no contato com o outro. O desafio do jornalista é conseguir em suas histórias apreender o outro de forma ideal, reconhecê-lo como um ser humano composto por suas particularidades, suas histórias. No próximo capítulo, analisarei o objeto dessa pesquisa a série de reportagens sobre adoção apresentada no Jornal Nacional em 2017.

4 ANÁLISE

4.1 Metodologia: Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa estuda a relação existente entre a linguagem, o sujeito e o mundo (a exterioridade). O discurso é entendido “como efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 1994, p. 53). Orlandi (2001, p. 15) diz que neste estudo pode-se observar o homem significando o mundo e, assim, se significando, pois a linguagem é concebida como a mediação entre o sujeito e a realidade natural e social. Para AD, a linguagem é sempre dialógica. Portanto, ela ocorre entre os sujeitos da interlocução. “A palavra orienta-se para alguém, e este alguém pressuposto existe em uma relação social com o sujeito falante” (BENETTI, 2016, p. 236). Como propõe Benetti (2016), amparada em Bakhtin¹⁷¹⁸, o dialogismo refere-se à relação entre os sujeitos (intersubjetividade) e à relação entre discursos (interdiscursividade). Paradoxalmente, a Análise do Discurso retira o sujeito do centro do discurso, já que o indivíduo “tem um poder de enunciação relativo, pois está submetido a regras que lhe são exteriores e anteriores – sobre as quais geralmente não tem domínio. [...] O dizer se dá por meio do sujeito, mas não tem origem nele, propriamente.” (BENETTI, 2008, p. 17).

Um discurso aponta para outros que os sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo e contínuo. Não há desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. (ORLANDI, 2001, p. 39).

O interdiscurso é tudo aquilo que já foi dito sobre determinado assunto, mas que foi esquecido e essas formulações determinam o que as pessoas falam. Isso também pode ser chamado de memória discursiva. Os sujeitos podem acreditar que suas falas e seus posicionamentos não são influenciados, têm origem neles mesmos; contudo, o discurso é motivado pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário, e é fruto de processos históricos e sociais. O dizer dos sujeitos se encontra na convergência entre dois eixos: o da memória (o já-dito e esquecido) e o da atualidade (a apropriação do já-dito e a ressignificação deste). Orlandi (1994, p. 56) define que a historicidade influencia diretamente o discurso, pois há uma construção conjunta entre o social e o linguístico. A ideologia é a condição constitutiva dessa relação do mundo com a linguagem. É esse mecanismo (ideológico) de apagamento da

¹⁷ BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Hecitec, 1986.

¹⁸ BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. São Paulo: Forense, 1981.

interpretação que constrói a linguagem como se ela fosse transparente e, desta maneira, a ideologia sustenta o já-dito e o apresenta como imutável e naturalizado (ORLANDI, 2001). Por isso, o discurso é sempre opaco e, assim sendo, é cheio de possibilidades de interpretações. Dependendo do lugar de fala do sujeito uma palavra pode ser interpretada de forma diferente. Exemplificando, o jornalista constrói a sua narrativa para um leitor imaginado (aquele que o texto é orientado), contudo o leitor real (aquele que de fato se apropria do texto) fará a sua interpretação que pode ser diferente da proposta original.

Da mesma forma, não são os sujeitos físicos, ou os lugares inscritos na sociedade que funcionam no discurso, mas a posição do sujeito. Chega-se ao conceito de formação imaginária que é a projeção, as imagens que constituem as diferentes posições dos sujeitos e é este lugar de enunciação, construído socialmente, que tem relação com o contexto sócio-histórico e a memória (ORLANDI, 2001; BENETTI, 2016). No caso do objeto dessa pesquisa, não importam apenas os traços sociológicos empíricos (classe social, idade, sexo, profissão) das fontes na reportagem, mas interessam as formações imaginárias ou a posição de sujeito (pais adotivos, pais biológicos, juiz) que os entrevistados ocupam: é isso que faz significar o dizer de um modo determinado. “Não há como pensar o funcionamento de qualquer discurso sem considerar que os sujeitos envolvidos se movimentam e ocupam posições que lhe são anteriores” (BENETTI, 2016, p. 237). Pêcheux¹⁹, segundo Benetti (2016, p.238) conceitua a formação imaginária como uma antecipação da representação (de si e do outro); temos assim a posição do sujeito que fala e se pergunta: “quem sou eu para falar assim?” (que lugar ocupo na sociedade) e “quem é ele para que eu lhe fale assim?” (que lugar eu penso que o outro deve ocupar); assim como, o sujeito que interpreta se pergunta: “quem sou eu para que ele me fale assim?” (que lugar eu ocupo) e “quem ele imagina que sou para que me fale assim?” (que lugar ele imagina para mim). “É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras” (ORLANDI, 2001, p. 40). São as imagens construídas social e historicamente que constituem as diferentes posições de sujeitos.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascarem, assim, sob a “transparência da linguagem”. Aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifos do autor).

¹⁹ PÊCHEUX, Michel (1990). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp.

Os sentidos de uma palavra, uma expressão, de uma proposição não existem em uma relação transparente com a literalidade, não significam em si, mas são determinadas “pelas posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 2001, p. 42 – 43). Isso é denominado formação discursiva (FD): como uma perspectiva ou posição de sujeito dada (formação ideológica) determina o que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito (ORLANDI, 2001). Logo, uma formação discursiva é uma região heterogênea de sentidos e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (ORLANDI, 2001; BENETTI, 2016). Ao falar, o sujeito se posiciona em determinado lugar para proferir uma ideia já inscrita na memória, na cultura, no imaginário que influenciam essa formação discursiva. Palavras iguais ditas por indivíduos diferentes podem se inscrever em formações discursivas diferentes: por exemplo, adoção tem um significado diferente para os pais adotivos (concretização de um desejo), as crianças (um novo lar) e a justiça (responsabilidade).

Todo o discurso se faz na tensão do mesmo e do diferente, ou seja, a repetição ou a ruptura de sentidos. Ao movimento de repetição de sentidos, processo do dizer que mantém naturalizado certas construções sociais é chamado de paráfrase. Já a polissemia é o processo de deslocamento, ruptura de processos de significação. No jogo do dizer, os sujeitos trabalham a tensão entre esses dois processos.

Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história (ORLANDI, 2001, p. 37).

O jornalismo é entendido como gênero de discurso, visto que ele é dialógico, opaco e ao mesmo tempo é produtor de sentidos (BENETTI, 2007, p. 107). Da mesma forma, ele é determinado pelo tempo e o espaço. Assim é possível, identificar em suas reportagens, notícias, crônicas, artigos e entre outros, formações discursivas e construção de sentidos presentes na sociedade. Por isso, para o presente trabalho utilizarei a Análise do Discurso para o estudo dos sentidos presente na série de reportagem do Jornal Nacional sobre adoção.

4.2 Corpus

O Jornal Nacional (JN) foi o telejornal escolhido para análise pelo potencial em reunir um grande número de pessoas de todo o país para assisti-lo. O JN foi o primeiro telejornal a ser transmitido em rede nacional e esse foi o ponto de partida por parte da direção da Rede Globo de transformar a emissora na primeira rede de televisão do Brasil.

Meses antes [da criação do JN], a Embratel havia inaugurado o Tronco Sul, que possibilitava a integração de Rio, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. A formação dessa espécie de rede era possível com a ajuda de um sistema de micro-ondas. O equipamento ligava, por sinais, o estúdio à torre de transmissão da emissora. A partir dessa tecnologia, a TV Globo pretendia gerar uma programação uniforme para vários estados e diminuir os custos de produção. (Memória Globo, 2002, web²⁰).

Foi criado em 1969, época da ditadura militar, e conseguiu acompanhar os avanços tecnológicos do mundo em grande parte devido ao contrato assinado pela Rede Globo com o grupo econômico Time-Life que possibilitou os investimentos necessários para inovar (WOLTON, 1996, p. 159). Com o crescimento na compra de televisões no Brasil, as classes sociais como C e D tiveram acesso ao equipamento que anteriormente era comprado apenas pela elite.

A Globo foi criada com base em um modelo americano. O mais surpreendente é que essa fase de expansão coincide com a ditadura militar. Como se a televisão fosse oferecida como compensação pela perda das liberdades políticas! Mas a realidade é ainda mais complexa, pois são os próprios militares que oferecem esse instrumento de modernização e de afirmação de identidade nacional, com a ideia de contribuir para a grandeza e força do Brasil, sem pensar muito nas aspirações de liberdade que a televisão suscitar. (WOLTON, 1996, p. 154).

Armando Nogueira, então diretor de jornalismo da TV Globo, criou o telejornal para competir com o Repórter Esso da TV Tupi. A apresentação era de Cid Moreira e Hilton Gomes. O jornal era transmitido de segunda a sábado, tinha três editorias: local, nacional e internacional e as primeiras edições duravam quinze minutos. Na década de 1990, mudanças foram feitas na forma de pensar o jornalismo: previsão do tempo, reconstituição de fatos por meio de ilustradores, uma presença maior das mulheres diante das câmaras do JN; os apresentadores perdem o carácter de meros locutores, exigindo-se que participassem da produção de notícias. Em março de 1996, William Bonner e Lilian Witte Fibe assumem a bancada do telejornal. “A Globo buscava dar maior credibilidade às notícias e dinamizar as

²⁰ Documento eletrônico não paginado.

coberturas” (MEMÓRIA GLOBO, 2002, web²¹). Fátima Bernardes começa a apresentar o programa em 1998. Como se autoatribui no site Memória Globo (2002, web²²), o JN é pautado pela “credibilidade, isenção e ética” e, de certa forma, essa construção proposta também influencia no imaginário criado sobre o programa jornalístico. Atualmente, o JN é “comandado” por William Bonner e Renata Vasconcelos, respectivamente, editor-chefe e editora-executiva e a duração é de 45 minutos.

Nos últimos vinte anos, o Jornal Nacional apresentou diversas séries de reportagens que focaram no cotidiano dos brasileiros e no interesse público. Destas edições escolhi para analisar neste trabalho a série que retrata a adoção no Brasil. A grande reportagem composta por cinco matérias foi realizada pela repórter Graziela Azevedo e foi veiculada inicialmente no dia 10 de abril de 2017, contudo, houve uma pausa em sua exibição devido às delações premiadas da empreiteira Odebrecht e a repercussão da lista de investigados do ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, na Operação Lava Jato. A temática só foi retomada em 24 de abril de 2017.

Quadro 1 – Matérias da série “Adoção”

	Reportagem	Palavra-chave	Data de Exibição	Tempo de Duração
1	Mais de 40 mil crianças vivem em abrigos pelo Brasil	Processo de Adoção	10/04	7'15
2	Mesmo com tantos candidatos à adoção, abrigos estão cheios	Abrigos	24/04	7'29
3	Entre 2014 e 2015 quase 200 crianças adotadas em SP foram devolvidas	Construção de relacionamento	25/04	7'11
4	Milhares de crianças e adolescentes que vivem em abrigos têm família	Espera	27/04	6'42
5	CNJ promete melhorar ainda em 2017 o Cadastro Nacional de Adoção	Problemas/ Entraves Judiciais	29/04	7'15

Fonte: autoria própria

²¹ Documento eletrônico não paginado.

²² Documento eletrônico não paginado.

Para o pesquisador, o primeiro passo para realizar a análise de sentidos é observar duas camadas no objeto: a primeira é a camada discursiva que é aquela mais visível e a segunda, só evidente quando se aplica o método, é a camada ideológica. É nessa expressão ideológica que está à construção dos sentidos realizados pelos sujeitos, há algo externo e anterior nessa região de sentidos sustentada e naturalizada pela paráfrase ou que é deslocada pela polissemia. Para compreender esse processo, identifiquei, primeiramente, as formações discursivas presentes no texto²³ e os “sentidos nucleares”, isto é, “a reunião, em torno de uma FD, de diversos pequenos significados que constroem e consolidam *aquele sentido nuclear*” (BENETTI, 2007, p. 112, grifos da autora).

As formações discursivas encontradas foram *heróis, vilões, mentor, problemáticos e pureza*. Essas construções de sentidos são atribuídas aos sujeitos que constituem a série de reportagem: pais adotivos, pais biológicos, jovens, justiça, grupos de apoio e assistentes sociais. Mas na ponta final, podem ocupar o lugar da própria sociedade em que esse jornalismo se materializa e da qual reproduz ideias consensuadas.

Com base nesses apontamentos, determinei as sequências discursivas que justificam esses sentidos apreendidos. As sequências discursivas são apresentadas em corpo 12, entrelinhado simples, recuadas no parágrafo, introduzidas por travessão. Utilizarei colchetes para indicar quem fala em cada trecho. As partes destacadas em negrito são os sentidos nucleares atribuídos a cada formação discursiva. As falas coloquiais da língua oral usadas pelas sonoras (fontes que falam), base da construção no telejornalismo, serão mantidas em sua integralidade, mesmo quando não respeitarem a forma culta. Esta é uma linguagem rica, viva e que não desmerece em nenhum momento os sentidos construídos. Optei por não indicar a qual das cinco matérias as sequências discursivas escolhidas pertencem, visto que como se trata de uma grande reportagem, ou seja, uma pauta trabalhada com aprofundamento em vários pedaços, os sentidos construídos estão no todo, não apenas na parte – cada uma das reportagens.

²³ Texto é compreendido como objeto pesquisado. O termo não se refere apenas à linguagem escrita ou mesmo verbal e é utilizado na Análise do Discurso para designar qualquer tipo de discurso (música, imagem, dança, texto, entre outros).

4.3 Construção de sentidos

4.3.1 Heróis

No século XXI, a figura do herói perdeu a aura sagrada presente na Antiguidade grega e na época da Idade Média, de acordo com Valles e Telles (2014), isso ocorre devido aos arquétipos construídos pelos meios de comunicação, sobretudo, pelo cinema hollywoodiano, que apresenta o lado humano dessa construção com as suas falhas e defeitos. A figura do herói é determinada pelo grupo em que está inserido e pelo tempo e lugar, visto que é o imaginário de uma sociedade que atribuí características que define o que é o heroísmo.

A principal característica que define o arquétipo do herói é a capacidade que ele tem de se sacrificar em nome do bem-estar comum. Nas obras literárias e nos filmes de ação, estes arquétipos são personificados, preferencialmente, pelo protagonista. É ele que vai conduzir a história aos olhos do espectador. (VALLES, TELLES, 2014, p. 3-4).

Na sociedade brasileira, a estrutura familiar sempre foi construída com o ideal de perfeição. Apesar das mudanças sociais nesse núcleo, pai, mãe e filhos têm as suas projeções, logo, as expectativas para cada indivíduo exercer idealmente uma dessas funções são grandes. É comum se encontrar sentidos como “meu pai é meu herói”, “a melhor mãe do mundo”, “os filhos são a benção de uma casa”. Da mesma forma, a figura dos adotantes também é idealizada, pois eles são considerados pessoas virtuosas por chamarem de filhos quem não nasceu deles. Na reportagem da jornalista Graziela Azevedo, os pais adotivos são construídos nas cinco matérias da série como personagens essenciais na vida das crianças, e são as histórias dos adotantes que norteiam toda a grande reportagem: eles são os verdadeiros protagonistas²⁴.

Para realizar a análise utilizei a formação discursiva de heróis para designar os pais adotivos. Para isso defini o mapeamento de sentidos e encontrei um movimento de paráfrases ao longo da série de sequências discursivas. Sentidos como bondade (9), paciência (8), generosidade (6), amorosidade (5) e salvação (5) apareceram constantemente e são características que refletem a ideia de herói. Também surgiram conceitos como perfeição (3) e incompletude (3), compaixão (2), coragem (1) e iluminação (1).

²⁴ Entendo que as contingências de produção, como a impossibilidade de mostrar o rosto de crianças em situação de abandono dificultam a produção de uma reportagem, mas isso não impede que se busquem maneiras criativas de narrar dando o protagonismo a todos os envolvidos nos fatos.

Como explica Valles e Telles (2014, p. 4), o estímulo que inicia a jornada do herói é a mudança no seu cotidiano: o protagonista se sente **incompleto** e busca a sua plenitude que gera a sua transformação. No caso dos candidatos à adoção, o filho é a realização da felicidade e é por meio dessa criança ou jovem que o herói encontra a sua plena realização como pessoa. Apesar de aparecer três vezes, o sentido de incompleto é o que motiva o ato de adoção por parte dos candidatos. “Quanto mais humana a feição do seu herói, mais provável será a identificação. É preciso que ele tenha suas qualidades louváveis e desejadas pelo espectador e ao mesmo tempo possua fraquezas que o tornem mais humano e mais próximo” (VALLES; TELLES, 2014, p. 4).

- [repórter] Quem vê a alegria de um casal com os dois filhos que adotou nem imagina que antes houve um **período de dor e frustração**, quando a economista Júnia Cristina de Araújo Gomes descobriu **que não poderia engravidar**.

- [pai adotivo] **Era um vazio. Era só eu e ele**, diz o engenheiro Ailton Pessoa.

O vazio que o herói sente precisa ser preenchido e a sua escolha é fazer o bem. O herói é aquela pessoa definida por ter grandeza de espírito, ser uma pessoa boa, altruísta, e esse sentido, é associado à figura dos pais adotivos. Portanto, para a construção da categoria de herói por parte da reportagem, são as paráfrases que reforçam esse sentido da bondade, de praticar o bem. Logo, a formação discursiva que está presente do início ao fim em toda a grande reportagem é a **bondade** dos adotantes.

- [pai adotivo]: Uma **adoção é muito mais que laços de sangue, é laços de afeto e nesses laços possuem o DNA da alma**”.

- [repórter]: Uma família que começou como manda a tradição e, **mesmo podendo ter filhos naturais, escolheu a adoção**.

- [mãe adotiva]: **Meu desejo de ser mãe era independente de uma gestação ou de uma criança adotiva**. Acho que são só formas diferentes da criança chegar na família. Então, para mim sempre foi um desejo”, afirma Jéssica.

- [repórter]: Parece que o pessoal da Vara de Família percebeu o **tamanho do coração** desses dois.

O herói ao mesmo tempo que é bondoso, precisa cumprir com seu dever de dar a vida, ajudar aquela criança com amor, ser **generoso**, capaz de sacrificar seus próprios interesses em benefício de outrem.

- [mãe adotiva]: A terapeuta perguntou: ‘Júnia, **você quer uma barriga ou você quer um filho?**’ Mas foi tão claro quando ela falou. Parece que eu levei um soco e me iluminei! Falei assim: ‘**Eu quero um filho**’. **Logico, eu quero filho**.

- [mãe adotiva]: Cada conquista é uma vitória mesmo, porque é maravilhoso. **Estou sentindo que eu estou cumprindo com o dever que eu propus a fazer, que é fazer a Vitória** [filha adotiva] **feliz**, afirma Ana Cristina Macene Ricieri.

- [repórter]: **Cumprindo e com louvor** [a missão de fazer a filha adotiva feliz]. Ana deixou o emprego de vendedora de loja para acompanhar os tratamentos que ajudam ela [filha adotiva] **a superar as dificuldades de uma paralisia cerebral**.

- [adotante]: **Qual o destino dessa criança** [problema de destituição familiar]? É essa a minha preocupação. **Mais do que ser pai**. Eu sofro por mim. Mas sofrer por mim é egoísmo. **Eu sofro por ela**, disse Wilson.

A repórter contribui para ressaltar os feitos dos pais adotivos utilizando juízos de valor. Como é lembrado por Valles e Telles, a “morte” é a outra característica do herói, ela pode ser física ou simbólica, mas está sempre presente. “Na maior parte dos casos o herói se depara com a morte eminente e triunfa sobre ela; quando morre, se torna um mártir, quando renasce a partir de sua própria destruição, o herói triunfa do mesmo jeito” (VALLES, TELLES, 2014, p. 4). O grande desafio da jornada do herói no processo de adoção é o tempo: a repórter atribui nas cinco reportagens que o sinônimo de “adotar” é “esperar”. Os pais adotivos são **pacientes** e tentam lidar com esse desafio.

- [repórter]: Foram **dois anos de espera** pelo primeiro filho e depois mais **três aguardando as novas certidões de nascimento**. Os papéis que confirmam o que o coração aprende antes.

- [mãe adotiva]: “E é muito bom falar assim [no blog feito sobre o processo de adoção]: ‘Olha, você não tá sozinho. **Eu também passei por isso e hoje estou com minha filha**’. Então o que eu sempre tento deixar claro para o pessoal é que **pode demorar, mas a cada dia que**

passa, a cada passo do processo é um passo na direção do seu filho”, explica Jéssica Mundim Aguiar.

- [mãe adotiva]: **“Nós não entendemos porque demorou tanto tempo, realmente foi difícil**, mas nós sabemos que nesse momento **foi o tempo certo e a pessoa certa**”, afirmou Ilka.

Como explica Mafessoli (2001), os arquétipos utilizados pela televisão se enraízam na existência social, nas concepções presentes na sociedade que, muitas vezes, permanecem: não há um movimento de ressignificação dos discursos. As imagens da felicidade, tanto dos entrevistados quanto das crianças, fortalecem o discurso de “final feliz” e completam a ideia de que houve o triunfo do herói.

4.3.2 Vilões

No caminho que o herói precisa percorrer existem obstáculos que interferem até chegar ao triunfo. No imaginário social, os problemas enfrentados no cotidiano também são construídos como vilões: as contas a pagar, o chefe ou professor que cobra, a imagem negativa da sogra e da nora. Na reportagem sobre adoção do Jornal Nacional não seria diferente, os pais adotivos como os protagonistas dessa jornada também encontram desafios e, desde a primeira reportagem, os sentidos negativos são construídos sobre a imagem da justiça. Também há outros personagens durante a série sobre adoção que são apresentados como vilões que são os pais adotivos ou candidatos à adoção. Neste subcapítulo, abordarei as razões para existir este deslizamento de sentidos dos adotantes.

A invocação de um inimigo tem sido tema do imaginário social desde a literatura até os jogos eletrônicos. A invocação de um inimigo comum se torna ainda mais atraente quando se resgata deste imaginário a trama que conquista a atenção, a emoção e o coração do indivíduo, partindo da disputa entre o bem e o mal; o belo e o feio; o herói e o vilão. (HUMMELL; ALVETTI, 2007, p. 257).

A justiça tem, no imaginário social, o sentido de heroína, contudo, houve um deslizamento de sentido na grande reportagem, ou seja, um sentido concebido de uma maneira foi apresentado de uma forma inusitada. Elenquei algumas formações discursivas que reforçam e naturalizam a ideia de que a justiça atrapalha o processo de adoção: lentidão (9), deficiência (7), obstáculo (5), burocracia (3), maldade (2), antiquada (2), frieza (2). As

paráfrases de **lentidão** e **obstáculo**, normalmente, apareciam juntas e reforçavam a ideia de que é um grande desafio o processo judicial para quem deseja adotar.

- [Repórter]: **Mas antes do final feliz**, os candidatos a pais e a filhos do coração têm um **longo caminho a percorrer. Pela estrada da adoção, talvez enfrentem inseguranças, medos, dificuldades.**

- [Repórter]: Mas o **afeto que nasceu rápido encontrou uma barreira**. Há mais de três meses, **o processo de guarda provisória ou adoção está parado à espera de uma audiência definitiva** para destituição do poder da família biológica, [que] há mais de um ano não faz visitas ao abrigo.

- [repórter]: **Problemas** [na atualização do Cadastro Nacional da Adoção] **que fizeram Ilka e José esperarem e muito. Seis anos**. Pouco depois da entrevista na reunião do grupo de adoção, **eles finalmente receberam a felicidade nos braços**. Veio assim com mãozinhas irresistíveis e pezinhos que não estarão sozinhos na trilha do destino.

Para reforçar a formação discursiva de vilã para a justiça, a jornalista utiliza adjetivos e advérbios em toda a grande reportagem. Apesar do protagonismo dos pais adotivos na série, as duas últimas matérias do Jornal Nacional focaram na justiça e atribuíram claramente a ela a ideia de vilã. Na quarta matéria, que tem como temática a **espera**, inicia com a edição de imagens e sonoras que definem a justiça como o problema.

- [repórter]: Nos abrigos, o **tempo passa diminuindo as chances das crianças que crescem**.

- [criança]: **Todo mundo quer ser adotado, ter uma mãe, chamar alguém de mãe**.

- [repórter] **Nos lares à espera de filhos, o tempo se arrasta levando junto a esperança**.

- [pai adotivo]: **É uma gestação longa demais. Você prepara a casa, a família, o ambiente, prepara tudo e não vem, não acontece**.

- [repórter]: Assim como **o dito popular sentencia que só uma andorinha não faz verão, um juiz sozinho não faz adoção**. Decidir **o futuro de uma criança é um processo complexo, que depende de uma rede de assistência e informação que simplesmente não existe em muitas cidades do Brasil**.

Destaquei esta sequência discursiva da quarta matéria, pois ela colabora com a construção feita pelo Jornal Nacional, na grande reportagem, que a justiça está atrapalhando o processo de formação de uma nova família: o final feliz dos heróis dessa jornada. O telejornal mostra claramente quem desempenha o papel de vilã, e, na edição, as sonoras e as imagens utilizadas estão em harmonia para naturalizar o dizer sobre a justiça.

A imagem deve remeter para imaginários profundos da vida. Deve ser também uma imagem simples, reduzida a alguns traços dominantes, como o sabem fazer os caricaturistas, pois a complexidade confunde a memória e impede a percepção do seu efeito simbólico. Por último, a imagem deve ter um aparecimento recorrente, tanto na história como no presente, para que possa fixar-se nas memórias e acabe por se tornar instantânea. (CHARAUDEAU, 2009, p. 74).

O relógio é a imagem-sintoma usada na sequência discursiva: simples e fácil de ser reconhecido. A imagem dos ponteiros que passam depressa representa o tempo para as crianças dos abrigos: curto. Já os ponteiros “andam” lentamente para retratar o drama dos candidatos a pais adotivos. As sonoras carregam a emoção dos entrevistados: de um lado o sonho de ter uma mãe e do outro a busca por um filho. O tempo é o grande desafio tanto de pais adotivos quanto das crianças e jovens que vivem em abrigos. A senhora do tempo que pode agilizar e diminuir o drama do processo de adoção é a justiça. As edições de imagens aliadas às falas dos entrevistados reforçam o imaginário de que a justiça não colabora para formar novas famílias. A edição da última reportagem foca nos entraves judiciais. Os sentidos de **maldade** e **frieza** estão presentes, visto que justiça é construída como quem não deseja agilizar os processos, causando transtornos na vida dos candidatos à adoção.

- [repórter]: O **desespero de uma gravidez indesejada**, de um lado, e **pela espera de uma criança**, de outro, **são tão grandes que as pessoas chegam a se arriscar colocando suas histórias e seus pedidos na internet**. É só a gente olhar um pouquinho, procurar, que encontra **oferta de crianças e pedidos de adoção**.

- [adotante]: Na medida que **acenam para você que há uma grande expectativa de adoção, você já acaba realmente se empolgando e aí logo vem a frustração**. E agora se criou um problema [processo de destituição familiar está parado].

- [mãe adotiva]: Geralmente respondem pra gente: ‘Não, essas crianças ainda não estão destituídas porque estão aguardando se vai aparecer um familiar.’ **Estão procurando um familiar distante**,

enquanto não procurarem até em Marte. E se não aparecer um familiar que queira adotar essa criança, ela não é destituída.

- [mãe adotiva]: E eu meu marido sentávamos para preenche aquilo [Cadastro Nacional de Adoção] e **não conseguíamos preencher. Se eu tivesse um [filho] biológico, não estaria escolhendo nada disso.**

O JN também mostra os sentidos de **deficiência** e **burocracia** ao longo da série que são mostrados como empecilhos para o quadro da adoção no país.

- [justiça]: Existe pelo menos o indicativo de que **mais de 50% dos estados não alimentam ou alimentam de forma indevida os cadastros.** Então, os dados que nós temos hoje **são dados pelo menos questionáveis.**

- [repórter]: **Processos ainda de papel, fora dos sistemas eletrônicos, falta de funcionários e de prioridade para a infância.** Apesar das carências, o Conselho Nacional de Justiça promete melhorar o Cadastro Nacional de Adoção ainda em 2017.

- [mãe adotiva]: **Tivemos que ir até a capital, que é Teresina, porque só lá eles faziam o curso de três dias para poder se habilitar. Porque se você não fizer o curso você não pode adotar.**

- [repórter]: Foi o que aconteceu com Júnia e Gabriel [deficiência nos registros]. Eles já tinham adotado um bebê, quando **foram chamados de novo, ou seja, não foram tirados do Cadastro Nacional de Adoção.**

Há um deslizamento de sentidos durante a reportagem que não é explorada pela jornalista quando são mostrados os pontos positivos da justiça. Identifiquei os sentidos de responsabilidade, cuidado e prudência (2) como rupturas da construção de vilã. Essas ideias são apenas exibidas nas explicações dos juízes sobre o processo de adoção e apresentam um contraponto a visão hegemônica dos pais adotivos sobre o porquê de existir a espera.

- [justiça]: **Como sair desse impasse [destituição familiar]? O juiz fica nessa situação. Eu tiro a criança da família sem ter dado o tempo necessário para essa família ou não? Se eu dou tempo para família, posso causar um prejuízo para criança.**

- [justiça]: Antigamente você falava: ‘Eu escolho a criança que eu quero’. Hoje, não. **Eu escolho a família que melhor se adequa à**

criança. Se eu tenho vários pretendentes, eu, como juiz, a minha obrigação é escolher dentre aqueles que quiserem adotar aquele que melhor se adequa às necessidades da criança.

- [justiça]: **Não tem porque negar a uma mãe que foi que o seu poder familiar está suspenso, que vem bater aqui na minha porta e fala assim: ‘Doutora, eu quero meu filho de volta. Eu juro que vou melhorar, eu juro que vou parar de beber’. Então, por que que não vou provocar o poder público pra que faça um tratamento com essa mãe? Por quê?.**

A justiça sabe que há deficiências, burocracia, mas, concomitantemente, explica que os processos de destituição familiar e de adoção não são simples, precisam de tempo, estudo dos casos e material humano para os verdadeiros interessados, as crianças, saírem feliz no fim. A repórter não aprofunda essa questão, visto que ela constrói como se a decisão estivesse apenas nas mãos do juiz. Quando mostra uma a história de destituição familiar que está parada na justiça, não há a o sentido completo de como funciona a adoção para o público entender só naquela matéria o porquê a justiça e a assistência social determina um tempo para os familiares da criança tentarem a reaproximação. É necessário acompanhar toda a série para compreender isso.

Simultaneamente, quando o sentido de Justiça “vilã” desliza para Justiça “magnânima”, outro deslizamento de sentidos mostra que idealização de um herói que sempre vence todos os percalços se mostrando sem máculas e bondoso, é um sentido difícil de ser alcançado por “simples mortais”. Os juízos de valor construídos sobre a aura de herói dos casais adotantes estão associados aos sentidos de os bons, os justos, quando surgem os desestabilizantes, mostram que essas pessoas têm falhas e erros. Contabilizei o aparecimento da formação discursiva “egoísmo” e “rejeição” apenas duas vezes de cada durante toda a série. Na segunda reportagem que abordava o número excedente de crianças nos abrigos, por exemplo, não há uma problematização sobre o perfil desejado pelos candidatos à adoção que, muitas vezes, é um dos obstáculos para ocorrer o processo de adoção.

- [repórter]: **É que elas nem sempre se encaixam nos desejos dos adotantes.** Só 8% dos candidatos aceitam crianças com necessidades especiais; 12% dos menores cadastrados têm algum problema físico ou mental; e mais de 65% são negros ou pardos. A maioria tem mais 5 anos de idade. Muitos têm irmãos que não querem ser separar, um desejo que a Justiça hoje costuma respeitar.

- [justiça]: **Menina branca recém-nascida. É a maior fila que tem no Brasil.** Menina branca de até 6 meses. Então, a gente precisa tomar cuidado para separar o que é a demora da adoção em decorrência da falta de recursos humanos, em decorrência da burocracia legal, e separar **o que é a dificuldade da adoção por conta das restrições que os próprios adotantes colocam na hora de adotar.**

As informações trazidas pela reportagem refletem um retrato da adoção que não é apresentado com frequência pelas matérias e não é explorado pelo Jornal Nacional, visto que a reportagem continua a retornar aos espaços conhecidos do dizer: a espera, retratada pelas burocracias da Justiça, que é retratada como o grande desafio dos pais-heróis – e apenas a fala de um juiz, durante nas cinco reportagens da série, contrapõe a ideia de que a burocracia judicial é o único obstáculo para a demora do processo de adoção. Os deslizamentos de sentidos de heróis para vilões também está presente na terceira matéria que mostra o número de devolução de crianças por parte dos pais adotivos.

- [cabeça - apresentador]: Entre 2014 e 2015, **quase 200 crianças adotadas foram devolvidas aos abrigos**, em São Paulo. Nesta terceira reportagem da série sobre adoção, Graziela Azevedo mostra que adotar é um processo de construção, que precisa de paciência e de apoio.

- [criança]: Eu não entendi porque ela [a mãe adotiva] **não gostava de mim.** Eu tentava, entendeu? **Eu juro pra você que eu tentava ser pelo menos amiga dela.** Tentava. Não conversava [a mãe adotiva], não perguntava como foi a escola. Não me ajudava em nada”.

- [repórter]: **É difícil acreditar, mas acontece!** Em São Paulo foram **198 adoções frustradas** entre as 2.514 que aconteceram entre 2014 e 2015.

- [repórter]: **Legalmente a devolução é tratada como abandono, passível de pagamento de indenização e pensão.** Quem estuda o assunto garante que é preciso trabalhar bem o pré e o pós adoção para evitar traumas.

A construção da polissemia sobre os entraves dos processos judiciais de adoção estão isolados dentro da reportagem, e poucas vezes conseguem barrar a sequência de paráfrases sobre a naturalização da figura do herói: rapidamente o sentido dominante é retomado e volta a contar as histórias de superação das novas famílias, como pode ser visto nos exemplos

acima. A fala inicial dos apresentadores destaca que esse é o principal assunto a ser abordado na reportagem, contudo, a narrativa da repórter prioriza a história de uma mãe adotiva que foi adotada. Dá a sensação de que o relato da menina devolvida está um tanto quanto perdido em meio a histórias de adoção bem sucedidas, justamente as paráfrases que reforçam que os pais adotivos são heróis e salvam as crianças nos abrigos.

A série de reportagem também apresenta rapidamente, sem aprofundar o problema da venda de crianças na internet pelas mães biológicas. Os candidatos à adoção para burlar a burocracia da justiça decidem comprar os seus filhos.

- [candidata a adotante]: Aí depois [conversar com uma grávida que anunciou o filho na internet], quando eu fui procurar saber com outras pessoas no mesmo grupo, as meninas me disseram que era fraude. **Aí eu me desiludi. Eu resolvi ir agora direto pelo caminho do cadastro. Tem muita burocracia e tudo**, mas acho que fica a coisa mais segura. Para gente fica melhor, disse.

- [repórter]: **Ela** [mulher que busca um filho na internet] **tem razão**: o único meio legal de adotar é pelo Cadastro Nacional de Adoção.

A candidata a adotar não trata o ato de buscar um filho na internet como algo moralmente condenável, como se comprasse um animal de estimação e, que na ponta final, é um crime. A mulher só decidiu se cadastrar na justiça depois que teve uma desilusão com o processo que burlava a lei. Não existe uma adoção por consenso entre pais adotivos e pais biológicos, ou seja, os genitores não podem entregar uma criança, independentemente da idade, a outra pessoa, sem nenhum registro em cartório e comunicado à Justiça. - Além disso, a venda de uma pessoa é considerada crime grave como o juiz explica na reportagem, mas pela maneira com que é apresentado, pode parecer que recebeu um tratamento superficial pela jornalista. Para isso, seria necessário dar um novo conceito à reportagem, trazer um novo enfoque em que a questão central fosse as consequências judiciais desse crime, os riscos para todos os lados e, sobretudo, o que pode acontecer com as crianças que são negociadas pelos pais biológicos e os pais adotivos como se fossem mercadorias.

4.3.3 Pureza

Os “holofotes” da série sobre adoção podem estar sob os pais-heróis, contudo, são as crianças e adolescentes que tornam a ação dos heróis possível. Isso fica claro em como o processo judicial é guiado: dar um lar digno para quem precisa de amparo. Conforme regido no Estatuto da Criança e Adolescente (1990), no artigo 39, parágrafo primeiro, “A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei”. A destituição familiar é uma medida excepcional, já que tanto a assistência social quanto a justiça buscam deixar os jovens com os seus familiares, buscando alternativas que possam solucionar os problemas que ocorrem na família que eles pertencem. Por isso, os processos judiciais são classificados como demorados, pois o interesse dos menores é o fator determinante para fazer escolhas. A formação discursiva que representa as crianças e jovens na grande reportagem é a construção de pureza, visto que traz o sentido de transparência, inocência, candura.

Se as crianças e jovens foram afastados de suas famílias é por que algo ocorreu, ou seja, na maioria das vezes, esses menores sofreram violência, estavam em situação de pobreza extrema, foram abusados ou abandonados, embora haja casos de que os familiares não podem cuidá-los e, por isso, foram encaminhados para a adoção. Portanto, o Estado guarda essa criança para impedi-la de vivenciar uma experiência que fere os seus direitos como cidadã.

Na série, elenquei os sentidos de dádiva (5), desafeição (4), força (3), coletivo (3), insegurança (3), vitimização (3), felicidade (1), amor (1), problema (1). Em um primeiro momento, alguns sentidos podem não se assemelham ou parecerem atributos que constroem a formação discursiva de pureza, contudo durante a análise haverá uma maior clareza nessas escolhas.

Na grande reportagem do Jornal Nacional, a construção sobre as crianças e jovens está atrelada a narrativa dos pais adotivos. A paráfrase repetida para dizer quem são esses menores que vão ser adotado, traz uma ideia de que eles estão sozinhos, que precisam de ajuda: há um tom de **vitimização**. O sentido colabora com a formação discursiva que defini os pais adotivos como heróis, em virtude de que vão salvar essa criança.

- [mãe adotiva]: **Quando conhecemos ele [filho adotivo], ele tinha problemas respiratórios** e aí foi supertranquilo para a gente poder resolver tudo isso com a pediatra dele.

- [mãe adotiva]: **Como ela [filha adotiva] tinha a deficiência dela, ficava num cantinho, as pessoas chegavam para visitar e foram passando direto por ela.**

Existe o processo de adaptação desta criança e jovem, visto que há a sua história e o da sua família. A **insegurança** está presente no cotidiano.

- [mãe adotiva]: A gente notou que [até] **ele entender que nós éramos os pais dele, que ele podia confiar, entregar o coraçãozinho dele nas nossas mãos, demorou aproximadamente de três a quatro meses.**

- [criança]: **Meu irmão é a única família que eu tenho. Então eu prefiro estar lá no abrigo com o meu irmão do que estar em uma família sem o meu irmão.**

- [pai adotivo]: Fazia arte demais. **Arte feia para tentar ser devolvido.** Na cabecinha deles, ele **achava que ia ser devolvido.**

Outro sentido existente é a **desafeição**: as crianças e adolescentes sentem falta de cuidado, de atenção.

- [assistente social]: Um dia ela [criança do abrigo] resolveu perguntar para nós, da equipe técnica: **O que é parente? O que significa parente? 'Eu não sei o que é parente! Esse negócio de tia, tio, irmão, vó e vô pra minha é mesma coisa'.**

- [jovem]: **Faz falta um abraço, faz falta um carinho. Faz muita falta.**

- [mãe adotiva]: [...] na hora que eu olhei, ela quietinha, **com carinha tristonha**, passei por ela e olhei. Na hora que eu olhei para ela, **ela já levantou os bracinhos pedindo colo.**

Os jovens que vivem em abrigos são construídos como um número: 40 mil. A reportagem não procura trazer a ideia de como é viver naquele local, o que esses adolescentes

sentem a respeito daquele ambiente, a situação que estão vivenciando, como são atividades externas no lar. A ideia de **coletivo** está presente, ou seja, uma massa, um conjunto uniforme, não há peculiaridade sobre aquela realidade. Não há falas de adolescentes sobre como é o abrigo.

- [repórter]: [7 mil menores disponíveis para adoção] Mas o número nos abrigos é bem maior: **são mais de 40 mil crianças e adolescentes em todo o Brasil** que foram retirados temporariamente das famílias.

- [assistente social]: O controle remoto normalmente fica na mão dos funcionários, porque é **um controle para 20 crianças. Se for passar na mão de todo mundo, no fim do dia o controle já não existe mais.** Se todo mundo for abrir a geladeira, também gasta energia, os alimentos estragam. **Respeitar a individualização é um desafio do serviço de acolhimento.**

Apesar de existir essa construção que carrega um tom de vitimização dessas crianças e adolescentes, há uma ruptura quando a reportagem os apresenta com o sentido de força.

- [funcionária abrigo]: Eles chegam aqui numa condição debilitada, eles chegam assustados e **com o tempo vão evoluindo, vão melhorando, vão crescendo.**

- [repórter]: **A maioria supera os problemas de saúde e alguns têm a sorte também de superar medos e preconceitos.**

Da mesma maneira, como os heróis buscam em sua jornada preencher a sua incompletude: ter um filho; há nas reportagens a atribuição de que esses menores são dádivas, visto que os pais adotivos alcançam a sua conquista e a tratam como um presente, um troféu, o final feliz está próximo. O jornalismo sempre por meio de suas paráfrases naturaliza a construção de sentidos dos outros personagens em relação aos heróis e isso ocorre com as crianças e adolescentes.

- [mãe adotiva]: **A Vitória não nasceu de mim, mas ela nasceu pra mim!**

- [pai adotivo]: Éramos dois, uma casa tranquila e de repente quatro crianças com quatro idades diferentes. Foi um turbilhão no primeiro momento, **um turbilhão bem legal. A gente tem dois anos com eles,**

mas parece que nasceram com a gente, diz o contador Weykman da Silva.

4.3.4 Mentor

Mentor é aquele que guia o caminho, aconselha, um mestre experiente. Tanto os grupos de apoio quanto os assistentes sociais e funcionários nos abrigos têm a função de auxiliar pais adotivos e os menores para conseguirem passar pelas etapas do processo de adoção. Todo dizer em relação a essas fontes foi construído com sentidos positivos pela reportagem. Segundo Valles e Telles (2014, p. 4), as atitudes heroicas não são realizadas apenas pelos protagonistas, mas outros personagens também podem fazer o bem, salvar vidas.

A riqueza de uma personagem é sua complexidade, a capacidade de assumir outros arquétipos, sem se esquecer do principal, uma dimensão humana permitindo a identificação e a credibilidade. Poucos acreditam em heróis que só praticam o bem pelo bem e em vilões que só praticam o mal pelo mal. (VALLES; TELLES, 2014, p. 4).

Os sentidos positivos predominam quando se refere a essa formação discursiva (mentor), são elas: orientação (6), bondade (5) e integração (1).

Em meio aos desafios que os heróis precisam enfrentar para chegar ao final feliz, surge a figura do “mestre” que prepara o protagonista para a jornada com ensinamentos e **orientações**. O mentor acompanha o herói até certo ponto. A figura dos grupos de apoio, sobretudo, surge associada à espera dos pais adotivos pela burocracia da justiça.

- [repórter]: Para ajudar a **equilibrar esses tempos** [processos judiciais] **já são mais de 140 grupos de apoio à adoção no país. Eles procuram acompanhar de perto a situação das crianças nos abrigos e a fila de candidatos a adoção nas Varas da Infância.**

- [grupo de apoio]: É muito voltada para essas adoções especiais. Adoção de grupo de irmãos, de crianças um pouco mais velhas ou então de crianças que são doentes. **O que a busca ativa faz é catalisar esses encontros. É fazer com que sejam mais viáveis**, explica a presidente do Grupo de Apoio e Adoção Benquerer, Renata Machado Nogueira.

- [grupo de apoio]: **A gente trabalha o dia a dia se come demais, se come pouco, faz xixi na cama, diz que você não é meu pai, você não é minha mãe, então a gente trabalha o cotidiano.**

Da mesma forma que os heróis são bons, os mentores também são pessoas bondosas, visto que ajudam os protagonistas sem buscar recompensas. As paráfrases reiteram o trabalho sensível e desinteressado, a ação solidária dos grupos de apoio e dos funcionários dos abrigos.

- [funcionário abrigo]: Vai com Deus, **seja muito feliz**. Seja abraçada pela sua nova família que **nós estamos torcendo por você**, diz a funcionária.

- [mãe adotiva]: É muito especial para ele [filho adotivo] saber da história de vida dele, que não começou quando nós o conhecemos. Começou muito antes. **E esse tempo que ele passou aqui [abrigo] é muito especial e eu só tenho a agradecer porque elas [funcionárias] cuidaram do meu anjo**, da minha promessa até a hora de eu e meu marido podermos conhecê-lo.

- [repórter]: A **Renata** [presidente grupo de apoio] é advogada, ajuda com as questões jurídicas, é **madrinha num abrigo de meninas maiores e tenta aumentar as chances delas de adoção e dar um pouco do que falta**.

- [repórter]: **É com carinho que as funcionárias registram em álbuns um pouco da história de cada bebê: primeiros passos, dentinhos**, uma evolução que ganha força com a chance de uma família disposta a enfrentar qualquer problema que o passado dos pais biológicos possa ter deixado.

4.3.5 Problemáticos

Os pais biológicos ou familiares das crianças e jovens que vivem em abrigos também merecem destaque nessa construção de sentidos. A formação imaginária sobre os pais, presente na sociedade, é quebrada nessa categoria, já que a projeção de pai e de mãe está associada ao sentido de amor e cuidado. Contudo, os pais biológicos das crianças e jovens em abrigos, na maioria das vezes, perdem a guarda dos filhos porque algo de errado ocorreu. Não há sonoras dessas pessoas na série, são sempre falas de outras pessoas que definem esses sujeitos. Elenquei os sentidos de problema (5), desumanidade (4) e irresponsabilidade (4) para definir essa categoria.

Na reportagem do JN, é tratada de forma muito breve a história de que os pais não puderam cuidar da filha e por isso a entregaram para a adoção. Mas não há aprofundamento sobre o assunto, o enfoque é a adoção da menina abandonada que, já adulta, decide adotar. Na maioria das vezes, os pais que abandonam são construídos com a ideia de que têm algum **problema** relacionado à droga.

- [repórter]: Dos 20 menores do abrigo, apenas três estão prontos para adoção: um bebê com problemas de saúde, uma adolescente de 13 anos e uma lindeza de 3 aninhos. Com os outros 17 menores o trabalho, primeiro, é tentar o retorno aos pais ou parentes. Como manda a Lei de Adoção, de 2009, **a prioridade é garantir o convívio da criança com a família biológica, resolvendo as situações de pobreza extrema, violência e uso de álcool e drogas.**

- [repórter]: **Os filhos desse drama [o uso de crack] são muitos. Só a Vara Central da Infância em São Paulo recebe de dois a três bebês por semana, filhos de dependentes do crack.**

A justiça tenta, durante o processo em que as crianças e adolescentes estão nos abrigos, reeducar ou ajudar esses familiares para permitir que os filhos retornem ao convívio dos pais. Mas essa perspectiva só aparece nas sonoras dos juízes, já que a reportagem sempre ressalta que a única “bondade” possível é junto com os pais adotivos. Não são apresentados dados sobre processos de custódia ou a importância desses menores conviverem com os familiares biológicos. Na construção dos sentidos da adoção, fica uma dúvida sobre qual motivo a justiça busca esgotar todas as possibilidades para manter a guarda junto com os familiares antes de definitivamente retirar as crianças desse lar.

Sobre os pais biológicos, outro sentido marcante é a **desumanidade**. A reportagem conta histórias de abandono e negociação de crianças na internet.

- [repórter]: **A deficiência, que foi a causa do abandono por parte dos pais biológicos, acabou sendo também a razão da aproximação das duas [mãe adotiva e filha].**

- [justiça]: Tem um trabalho de inteligência feito pela polícia para tentar monitorar e se antecipar a essas **pessoas que deliberadamente negociam seus filhos na internet enquanto estão grávidas. Isso é crime, evidentemente.**

- [repórter]: Ficou fácil aceitar as condições [da Vara de Justiça em Minas Gerais para adotar] depois de conhecer **a menina órfã de mãe e abandonada pela família.**

Apesar da gravidade dos casos sobre negociação de crianças na internet, a reportagem não traz dados sobre quantos destes crimes têm ocorrido. É preciso ressaltar que o delito é cometido tanto pelos pais biológicos quanto por candidatos à adoção. Mas a reportagem prefere apagar esse sentido e associá-lo à ideia de que a justiça é lenta e atrasa os processos em todo o país, reforçando o interdiscurso de que é imoral os pais não querem a guarda do filho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse trabalho foi estudar os elementos para um jornalismo humanizado e a alteridade como princípio para a construção das relações humanas. E assim, verificar a construção discursiva sobre a adoção em uma série de reportagens do Jornal Nacional. Como objeto de pesquisa foi utilizada uma série de cinco reportagens do Jornal Nacional sobre adoção realizada em 2017 pela jornalista Graziela Azevedo.

Como proposto na Análise de Discurso, o dizer é possibilitado pela cultura, pelo imaginário social e pela ideologia, e são esses fatores que influenciam o jornalismo para recortar os acontecimentos e narrá-los construindo a realidade. O sujeito não vive só, ele se relaciona com outros sujeitos. E da mesma forma que o sujeito utiliza as suas experiências e percepções para apreender o mundo, também as utiliza para apreender o outro. A alteridade é essa busca do sujeito entender o mundo por meio dos outros sujeitos e, assim, compreender a si. Para compreender o discurso é necessário pensá-lo como um processo histórico subordinado a enquadramentos sociais e culturais. “O discurso é a relação de sentido entre os locutores” (ORLANDI, 1994, p. 53). Portanto, o jornalismo pode ser entendido como gênero de discurso, visto que ele é dialógico, opaco e ao mesmo tempo é produtor de sentidos (BENETTI, 2007). A credibilidade conquistada proporciona ao jornalismo um espaço de fala, isso é assegurado por meio do contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010). Na série sobre adoção, o Jornal Nacional constrói as formações discursivas de heróis (pais adotivos), vilões (Justiça e, num deslizamento de sentidos, aos pais adotivos), mentor (grupos de apoio e assistentes sociais), problemáticos (pais biológicos) e pureza (crianças e adolescentes). Ao falar o sujeito se posiciona, ou seja, dependendo do lugar de fala uma palavra pode ter um sentido diferente. Por isso, o discurso é sempre opaco, com zonas de sombra, porque mesmo que o sujeito acredite que está sendo claro, cada um pode interpretar o discurso a sua maneira. A posição de sujeito (pais adotivos, pais biológicos, juiz e repórter) ocupada pelos entrevistados é o que faz o dizer deles significar de um modo determinado.

A temática sobre adoção já está imbuída de emoção, pois quando se fala em família, em crianças e jovens, em sonhos, em amor, a memória discursiva e os arquétipos construídos pela e na sociedade são acionados. Exemplificando: quando a jornalista fala em família evoca a imagem que o público tem sobre a sua família ou a família que almeja. O jornalismo humanizado, segundo Ijuim (2013), é compreendido como o relato das ações humanas, ou seja, o trabalho do jornalista é proporcionar ao público a compreensão da realidade em que se

vive. Humanizar não é somente contar histórias dos personagens envolvidos na narrativa jornalística, mas é colocar o ser humano como ponto de partida e chegada desde a concepção da pauta, respeitar a sua dignidade como pessoa.

A grande reportagem a respeito da adoção é narrada a partir da jornada dos pais adotivos e, por conseguinte, todos os demais personagens são concebidos a partir dos sentidos evocados pelos adotantes. Foi possível perceber que os pais adotivos são construídos como a única solução de um futuro de amor e dignidade para as crianças e jovens em abrigos. Por isso, a edição da reportagem utiliza falas dos entrevistados enaltecedoras, reforçando o “bom coração” e como esses sujeitos podem cuidar de um filho. Em um deslizamento de sentidos, os pais biológicos são construídos como problemáticos, com desvios de conduta, algo que culturalmente não se espera de quem põe um filho no mundo.

A jornalista conta uma história um tanto quanto polarizada, visto que concebe os pais adotivos como heróis e a Justiça como vilã. Os sentidos de justiça estão associados à espera, à demora, à deficiência do processo de adoção que atrapalha a realização de um sonho: ter um filho. Não se pode negar o papel importante dos pais adotivos e o quanto adotar seja uma questão decisiva para eles, contudo, as crianças e adolescentes também são reais interessados no processo de adoção, já que é garantido por lei o bem-estar e dignidade de um lar para esses jovens. Da mesma forma, a repórter não aprofunda quando ocorre um deslizamento de sentidos que rompe com a construção de heróis que envolvem os pais adotivos ao apresentar a postura de quem determina as características ao adotar ou quando na internet os candidatos à adoção decidem comprar os seus futuros filhos. A postura de herói “cai” e surge a polissemia de vilão, visto que esses adotantes veem esses jovens como produtos ou coisas que podem ser compradas. A reportagem não aprofunda essas questões pelo tempo limitado e, rapidamente, retoma às paráfrases que naturalizam o já-dito, que reforçam a bondade dos adotantes.

Os menores são apresentados nas matérias como aqueles que precisam ser salvos, e o sentido desenvolvido é, sobretudo, a vitimização. Eles são como coadjuvantes na série devido a pouca preocupação com esses personagens. Não é pretendido pelos jornalistas entender a realidade destas crianças e adolescentes, o que eles pensam, o que eles procuram no futuro. É compreensível que por serem menores de idade o uso de imagens e as falas das crianças e adolescentes se tornam um recurso limitado, entretanto, isso não pode restringir a finalidade do jornalismo que é informar, mediar os acontecimentos e possibilitar ao público formar a sua opinião sobre a realidade. Há lacunas na reportagem, visto que a jornalista não questiona e

não apresenta o porquê de a Justiça procurar alternativas, nem sempre rápidas como se gostaria, para as crianças e jovens permanecerem com os pais biológicos.

Apesar de alguns problemas pontuais com a série de reportagens, o Jornal Nacional, por ser o telejornal com a maior audiência do país, cumpre com o seu papel comprometido com o interesse público de abordar a temática sobre adoção no país, visto que há clareza no trabalho de produção da série que busca fontes diferentes para compor a reportagem, há também a procura por perfis de pais diferentes para explicar os adotantes, quanto à autoridade tem advogado e juiz/juíza como fonte. A jornalista também traz dados baseados no Cadastro Nacional de Adoção e ela utiliza gráficos e arte para ilustrá-los. Também a nota pé dos apresentadores do JN propõe que o público informe-se mais sobre o assunto no site que pretende mostrar um “a mais da reportagem”. Os problemas pontuais surgem ao abordar a rejeição de crianças e jovens por parte dos adotantes, explicar quais são as consequências para os menores de uma adoção ilegal por parte de genitores e candidatos à adoção, ou esclarecer a importância de cada passo previsto no processo para adotar, não há um aprofundamento desses pontos, são tratados de maneira rápida. Contudo, é necessário ressaltar a busca para ilustrar a adoção no país.

O jornalismo que humaniza é aquele que busca o rigor na exatidão dos fatos e na apuração de dados, que contextualiza e não generaliza os acontecimentos, que tem como finalidade o interesse público, que prioriza a liberdade de expressão, que é fundamentado na verdade e que tem o respeito pela dignidade da pessoa humana como limite. Quando os jornalistas conseguirem aliar todos esses princípios em suas narrativas, o contrato de comunicação estabelecido será cumprindo.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. São Paulo: Forense, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.15, p.13-20, jun. 2008.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-122.
- BENETTI, Marcia. Análise de Discurso como método de pesquisa em Comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2016. p. 235-256.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, THOMAS. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão** : seguido de a influência do jornalismo; e, os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2016. 120 p. : il. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>> Acesso em: set, 2017.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CANELLAS, Marcelo. Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia. In: CANELA, Guilherme. **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. Informação, Emoção e Imaginários a propósito do 11 de Setembro de 2001. In: DAYAN, Daniel. **O terror do espetáculo: terrorismo e televisão**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009. p. 71-86.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. Ed - São Paulo: Contexto, 2010.
- CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma nova moral**. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- DEGL'IESPOSTI, Júlio César. **A grande-reportagem na televisão brasileira: um estudo do Globo Rural**. Dissertação (Mestrado). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009. Disponível em <<https://casperlibero.edu.br/mestrado/dissertacoes/a-grande-reportagem-na-televisao-brasileira-um-estudo-do-globo-rural/>> Acesso em 1 de agosto de 2017.
- EKSTRÖM, Mats. Epistemologies of TV journalism: **A theoretical framework**. Journalism. Sage, n. 3, vol. 3, 2002. Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/241655800_Epistemologies_of_TV_journalismA_theoretical_framework>. Acesso em: 6 de outubro de 2017.

FECHINE, Yvana. **Televisão e Presença**: uma abordagem semiótica da transmissão direta. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FREITAS, Camila. **Alteridade e Jornalismo**: a outridade na editoria mundo da Folha de S. Paulo. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/158181>>. Acesso em agosto de 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor V.1. Florianópolis: Insular, 2009.

GADRET, Débora Lapa. **A emoção na reportagem de televisão**: as qualidades estéticas e a organização do enquadramento. Tese (Doutorado). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/143019>> Acesso em 30 de julho de 2017.

HAGEN, Sean. **A emoção como estratégia de fidelização ao telejornal**: um estudo de recepção sobre os laços entre apresentadores e telespectadores do Jornal Nacional. Tese (Doutorado). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/17740>>. Acesso em julho de 2016.

HAGEN, Sean. A web 2.0 como ambiente de recepção jornalística: os sentidos produzidos pelos leitores em comentários de sites, blogs e redes sociais. In: GOMES, Itania Maria Mota. **Análise de Telejornalismo**: desafios teórico-metodológicos. Salvador: EDUFBA, 2012.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

HUMMELL, Rosita; ALVETTI, Celina. Apontamentos sobre a imagem da vilania: uma leitura do horário nobre. Revista Estudos da Comunicação, Curitiba, v. 8, n. 17, p. 255-261, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/comunicacao?dd1=1805&dd99=view&dd98=pb>> Acesso em: dez, 2017

IJUIIM, Jorge Kanehide, URQUIZA, Moema Guedes. Autoria e humanização em Neide Duarte. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano VI, n. 1, p. 85-97, jan/jun. 2009.

IJUIIM, Jorge Kanehide. O real e o poético na narrativa jornalística. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, jan/jun. 2010.

IJUIIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**. v7, n. 2, p. 117-137, maio/ago. 2012.

IJUIIM, Jorge Kanehide. **Jornal escolar e vivências humanas**: um roteiro de viagem. Covilhã: Labcom.IFP, 2013.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**: O que os Jornalistas devem saber e o Público Exigir. Geração Editora, 2003.

- LAGO, Claudia. Ensinamentos Antropológicos: a possibilidade de apreensão do outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília: SBPJor, v. 6, n. 1, 2010.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, SP: 4. ed. Manole, 2009.
- LUKÁCS, George. **Introdução a uma estética marxista**: sobre categoria de particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Col. Perspectiva do Homem; 33 – Série Estética)
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. Paris, 2001. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago. 2001. quadrimestral. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento?. In: **Media & Jornalismo**, v.1, n 1, out. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/view/1084/5273>>. Acesso em: agosto 2015.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. O trabalho simbólico da notícia. **XII Compós**, Recife, CD-Rom, 2002.
- ORLANDI, Eni P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- OROZCO GOMÉZ, Guillermo. **Recepción televisiva**: tres aproximaciones y una razón para su estudio. México: Universidad Iberoamericana, 1991.
- PARK, Robert (1940). **A Notícia como conhecimento**: um capítulo da sociologia do conhecimento. Tradução Brasileira. In: STEINBERG, Charles. **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo, Cultrix.
- PLANTINGA, Carl. The scene of empathy and the human face on film. In: PLANTINGA, Carl; SMITH, Greg M. (Org.). **Passionate views**: filme, cognition and emotion. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.
- PÊCHEUX, Michel (1990). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1995. Disponível em: <<https://documents.tips/documents/michel-pecheux-semantica-e-discurso.html>> Acesso em: Nov, 2017.
- PRADO, José Luiz Aidar; BAIRON, Sérgio. A invenção do Outro na mídia semanal. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 251-278
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem**: notas sobre narrativa jornalística. São Paulo, Summus, 1987.
- THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 3. ed. Ver. 2012.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993. p. 74 - 90

VALLES, Cléa Fernandes Ramos; TELLES, Verônica. O mito do conceito do herói. **Revista Eletrônica do ISAT**. v. 2. 1. ed. Dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistadoisat.com.br/numero2/01_O_Mito_do_Conceito_de_Heroi_Clea_e_Veronica.pdf> Acesso: em Nov, 2017.

VASQUÉZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social**. São Paulo: Paulus, 2005.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: Uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Editora Ática. 1996.

ANEXOS

Este anexo contém os textos com as transcrições das reportagens disponibilizadas na Internet pela Rede Globo.

1. Mais de 40 mil crianças vivem em abrigos pelo Brasil (10/04/2017)

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/mais-de-40-mil-criancas-vivem-em-abrigos-pelo-brasil.html>

Mais de 40 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos espalhados pelo Brasil. Por outro lado, milhares de pessoas querem adotar um filho. O caminho até a formação de novas famílias é o tema da série especial que o Jornal Nacional começa a exibir esta semana. Nesta segunda-feira (10), a repórter Graziela Azevedo mostra como começa o processo de adoção.

A delícia de ter o seu lugarzinho no mundo. “Tenho minhas roupas, minha toalha, minha mochila de ir pra escola”, diz a menina que foi adotada pela estudante de pedagogia Jéssica Mundim Aguiar. As alegrias simples de uma manhã de criança.

Repórter: O que você fez hoje na escola?

Menina: Hoje brinquei de bolha de sabão, tomei vitamina, comi biscoito.

E o melhor de tudo: poder falar de amor. “Eu amo meu pai, minha mãe, a Julia, a tia Romilda. Todo mundo da minha família. Você agora é a repórter da minha família”, diz.

Uma família que começou como manda a tradição e, mesmo podendo ter filhos naturais, escolheu a adoção.

“Meu desejo de ser mãe era independente de uma gestação ou de uma criança adotiva. Acho que são só formas diferentes da criança chegar na família. Então, para mim sempre foi um desejo”, afirma Jéssica.

A pequena entrevistada agora tem companhia. Jéssica engravidou pouco depois da adoção. Ela e o marido ainda não querem mostrar o rostinho da filha mais velha porque estão sem o documento definitivo. A adoção aconteceu há quase dois anos, mas o processo legal pode ser lento.

“Agora é só esperar. A ansiedade que a gente vive é essa, até o dia que a gente vai ter certeza de que vai está tudo certo, que vai sair a certidão de nascimento dela nova e pronto. Aí acabou”, diz o engenheiro de telecomunicações Vinícios Rezende Aguiar.

Mas antes do final feliz, os candidatos a pais e a filhos do coração têm um longo caminho a percorrer. Pela estrada da adoção, talvez enfrentem inseguranças, medos, dificuldades. O primeiro passo precisa ser dado na Vara da Infância. O roteiro oficial é o mesmo para todos, mas cada encontro entre pais e filhos terá um enredo diferente.

Os interessados em adotar têm que juntar documentos, fazer curso, passar por avaliação com psicólogos e assistentes sociais. E quando aprovados, entram para o Cadastro Nacional de Adoção. Ele foi criado em 2008 para unificar as listas de candidatos e de crianças e adolescentes. Hoje, reúne cerca de 38 mil interessados em adotar e pouco mais de 7 mil menores disponíveis para adoção.

Mas o número nos abrigos é bem maior: são mais de 40 mil crianças e adolescentes em todo o Brasil que foram retirados temporariamente das famílias.

Muitas dessas crianças e adolescentes vão crescendo sem saber o básico.

“Um dia ela resolveu perguntar para nós, da equipe técnica: O que é parente? O que significa parente? ‘Eu não sei o que é parente! Esse negócio de tia, tio, irmão, vó e vô pra minha é mesma coisa’”, conta a psicóloga Lucia Barbosa.

Explicar o que é família é apenas um dos desafios de quem cuida das crianças acolhidas nos abrigos. Muitos lembram uma casa comum.

“Hoje nós temos sete adolescentes na casa e elas que fazem a própria organização do seu espaço”, diz a gerente do abrigo Sandra dos Santos Gama.

Mas as regras não são as mesmas de um lar qualquer. “O controle remoto normalmente fica na mão dos funcionários, porque é um controle para 20 crianças. Se for passar na mão de todo mundo, no fim do dia o controle já não existe mais. Se todo mundo for abrir a geladeira, também gasta energia, os alimentos estragam. Respeitar a individualização é um desafio do serviço de acolhimento”, explica Sandra.

Dos 20 menores do abrigo, apenas três estão prontos para adoção: um bebê com problemas de saúde, uma adolescente de 13 anos e uma lindeza de 3 aninhos. Com os outros 17 menores o trabalho, primeiro, é tentar o retorno aos pais ou parentes. Como manda a Lei de Adoção, de 2009, a prioridade é garantir o convívio da criança com a família biológica, resolvendo as situações de pobreza extrema, violência e uso de álcool e drogas.

“Se esgotou o trabalho e a gente vê que não tem possibilidade junto com a rede de garantia de direito, aí a gente sugere a destituição, que é quando a criança entra no Cadastro da Adoção”, explica a assistente social Carolina Fonseca.

Só aí começa um outro esforço: o cruzamento das informações de quem quer adotar com aqueles que precisam ser adotados. E o interesse das crianças, o lado mais frágil, hoje em dia é o que vale mais.

“Antigamente você falava: ‘Eu escolho a criança que eu quero’. Hoje, não. Eu escolho a família que melhor se adequa à criança. Se eu tenho vários pretendentes, eu, como juiz, a minha obrigação é escolher dentre aqueles que quiserem adotar aquele que melhor se adequa às necessidades da criança”, explica o vice-coordenador da Infância e Juventude do TJ Reinaldo Torres de Carvalho.

Quem vê a alegria de um casal com os dois filhos que adotou nem imagina que antes houve um período de dor e frustração, quando a economiária Júnia Cristina de Araújo Gomes descobriu que não poderia engravidar.

“A terapeuta perguntou: ‘Júnia, você quer uma barriga ou você quer um filho?’ Mas foi tão claro quando ela falou. Parece que eu levei um soco e me iluminei! Falei assim: ‘Eu quero um filho’. Logico, eu quero filho”, conta.

Foram dois anos de espera pelo primeiro filho e depois mais três aguardando as novas certidões de nascimento. Os papéis que confirmam o que o coração aprende antes.

“Maternidade e paternidade é quando tá ali no seu colo e fala assim: ‘Eu tenho que dar conta. Esse serzinho depende de mim pra tudo! Pra escola, pra saúde, pra educação, pra afeto, pra alimentação’. É ali que você se torna mãe e pai, eu acho. Estamos muito felizes, são os nossos amores”, diz Júnia.

2. Mesmo com tantos candidatos à adoção, abrigos estão cheios (24/04/2017)

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/mesmo-com-tantos-candidatos-adocao-abrigos-estao-cheios.html>

O Jornal Nacional retoma nesta segunda-feira (24) a apresentação da série especial de reportagens sobre adoção, que nós começamos a exibir no dia 10 de abril. Nos dias seguintes, nós tivemos que interromper a sequência por causa do volume de informações da delação da Odebrecht na Lava Jato.

Aquela primeira reportagem mostrou que [mais de 40 mil crianças e adolescentes](#) vivem em abrigos no Brasil e descreveu o processo para adotar no nosso país.

A repórter Graziela Azevedo vai mostrar por que a conta não fecha. Mesmo com mais interessados em adotar do que crianças e adolescentes disponíveis para adoção, os abrigos brasileiros continuam cheios.

“Força, força! E gol! Estica o corpo! Agora vai! Na trave!”.

“Cada conquista é uma vitória mesmo, porque é maravilhoso. Estou sentindo que eu estou cumprindo com o dever que eu propus a fazer, que é fazer a Vitória feliz”, afirma Ana Cristina Macene Ricieri.

Cumprindo e com louvor. Ana deixou o emprego de vendedora de loja para acompanhar os tratamentos que ajudam ela a superar as dificuldades de uma paralisia cerebral.

A deficiência, que foi a causa do abandono por parte dos pais biológicos, acabou sendo também a razão da aproximação das duas. Aconteceu numa visita ao abrigo onde Vitória viveu seus primeiros 3 anos.

“Eu fui não com a intenção de adotar, só de conhecer, acompanhar uma amiga. Como ela tinha a deficiência dela, ficava num cantinho, as pessoas chegavam para visitar e foram passando direto por ela. E aquilo, na hora que eu olhei, ela quietinha, com carinha tristonha, passei por ela e olhei. Na hora que eu olhei para ela, ela já levantou os bracinhos pedindo colo”, conta a mãe adotiva de Vitória, Ana Cristina.

Querer que os filhos nasçam com saúde é um desejo legítimo de qualquer pai, de qualquer mãe, mas a natureza e o destino não seguem o padrão de perfeição que muitas vezes temos na cabeça. Podemos cuidar da saúde, dar boa educação e carinho, mas os filhos, as crianças são o que são. Há coisas que não podemos moldar ou mudam e nem todos estão abertos para aceitar isso.

Os desencontros começam no preenchimento dos formulários em que os candidatos a adoção colocam as características que aceitam ou não em seus futuros filhos: além de raça, sexo e idade, precisam decidir se receberiam grupos de irmãos, crianças com doenças ou deficiências tratáveis.

“E eu meu marido sentávamos para preenche aquilo e não conseguíamos preencher. Se eu tivesse um biológico, não estaria escolhendo nada disso. Não saberia da forma que ia nascer. Não saberia se ia nascer saudável, se não, se ia nascer com cabelo liso, com cabelo enrolado”, disse Ana Cristina.

Mas é obrigatório fazer escolhas na hora de preencher o cadastro. A média no cadastro nacional é de cinco pretendentes para cada criança disponível para adoção, e mesmo assim muitas passam a vida nos abrigos.

É que elas nem sempre se encaixam nos desejos dos adotantes. Só 8% dos candidatos aceitam crianças com necessidades especiais; 12% dos menores cadastrados têm algum problema físico ou mental; e mais de 65% são negros ou pardos. A maioria tem mais de 5 anos de idade. Muitos têm irmãos que não querem se separar, um desejo que a Justiça hoje costuma respeitar.

Cerca de 56% são meninos e 44% meninas. Mas a maior fila para adotar é de pessoas que querem:

“Menina branca recém-nascida. É a maior fila que tem no Brasil. Menina branca de até 6 meses. Então, a gente precisa tomar cuidado para separar o que é a demora da adoção em decorrência da falta de recursos humanos, em decorrência da burocracia legal, e separar o que é a dificuldade da adoção por conta das restrições que os próprios adotantes colocam na hora de adotar”, explica o juiz da Vara da Infância Protetiva de Guarulhos, Iberê de Castro Dias.

Os bebês ainda são minoria, mas chegam com maior frequência nos abrigos e por uma razão que é uma ferida social: o uso do crack.

Os filhos desse drama são muitos. Só a Vara Central da Infância em São Paulo recebe de dois a três bebês por semana, filhos de dependentes do crack.

Uma casa de acolhimento tem hoje 20 bebês. Quem cuida deles garante que são guerreiros. E se entende logo o porquê.

“Eles chegam aqui numa condição debilitada, eles chegam assustados e com o tempo vão evoluindo, vão melhorando, vão crescendo”, conta a assistente social Vicemy Feitosa Moura.

A maioria supera os problemas de saúde e alguns têm a sorte também de superar medos e preconceitos. Acompanhamos um momento de entrega para adoção. As funcionárias do abrigo se emocionam.

“Vai com Deus, seja muito feliz. Seja abraçada pela sua nova família que nós estamos torcendo por você”, diz a funcionária.

Conhecemos também a fotógrafa Adriana Queiróz, que virou voluntária do abrigo onde adotou o filho Bernardo.

“É muito especial para ele saber da história de vida dele, que não começou quando nós o conhecemos. Começou muito antes. E esse tempo que ele passou aqui é muito especial e eu só tenho a agradecer porque elas cuidaram do meu anjo, da minha promessa até a hora de eu e meu marido podermos conhece-lo”, diz a fotógrafa Adriana Queiroz.

É com carinho que as funcionárias registram em álbuns um pouco da história de cada bebê: primeiros passos, dentinhos, uma evolução que ganha força com a chance de uma família disposta a enfrentar qualquer problema que o passado dos pais biológicos possa ter deixado.

“O que for para a gente enfrentar, enfrentaremos nós três juntos. Quando conhecemos ele, ele tinha problemas respiratórios e aí foi supertranquilo para a gente poder resolver tudo isso com a pediatra dele. Ele está maravilhoso, graças a Deus! Ele está ótimo, ele está muito bem. Ele é um presente maravilhoso”, afirma Adriana.

Um presente tão especial quanto o que a Ana e o Carlos ganharam.

“A Vitória não nasceu de mim, mas ela nasceu pra mim!”, diz Ana Cristina

3. Entre 2014 e 2015 quase 200 crianças adotadas em SP foram devolvidas (25/04/2017)

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/entre-2014-e-2015-quase-200-criancas-adotadas-em-sp-foram-devolvidas.html>

Entre 2014 e 2015, quase 200 crianças adotadas foram devolvidas aos abrigos, em São Paulo. Nesta terceira reportagem da série sobre adoção, Graziela Azevedo mostra que adotar é um processo de construção, que precisa de paciência e de apoio.

Nessa família ninguém esconde alegrias e nem segredos.

“Eu cresci sabendo que eu era adotada porque meus pais sempre falavam sobre adoção tão naturalmente quando a gestação das minhas irmãs”, conta Angélica Carvalho.

Falavam e fotografavam tanto que dá até para contar.

Era uma vez uma menina chamada Angélica. Nasceu doentinha numa família que não conseguiu cuidar dela, por isso foi adotada. Um dia feliz, que marcou uma vida de brincadeiras com as irmãs e de laços de afeto que se multiplicaram. Mas um ou outro momento difícil geraram dúvida.

“Eu via como meus pais sofriam com o preconceito de algumas pessoas fazendo uma piada indiscreta ou alguns comentários. Eu olhava e falava assim: eu não sei se eu vou aguentar isso para mim”, disse Angélica.

Mas a filha adotiva decidiu adotar também. Foi com o apoio do Anderson. Casados, eles se mudaram para o interior do Piauí.

“Tivemos que ir até a capital, que é Teresina, porque só lá eles faziam o curso de três dias para poder se habilitar. Porque se você não fizer o curso você não pode adotar”, explica Angélica.

Foi um ano de espera até receberem o telefonema da Vara da Infância.

“Aí ela começou a chorar, já emocionada. Não sabia se pulava, se gritava”. Lembra o empresário Anderson Carvalho.

“As pessoas paravam na rua e viravam: ‘O que essa doida tá chorando?’ Eu dizia: ‘É meu filho, meu filho tá chegando!’”

Aí começou a outra parte dessa história também toda registrada em fotos desde o dia em que conheceram o Pedro num abrigo: a fase de adaptação por lá e a ida para casa. Uma história que também guarda seus momentos de insegurança.

“A gente notou que ele entendeu que nós éramos os pais dele, que ele podia confiar, entregar o coraçãozinho dele nas nossas mãos, demorou aproximadamente de três a quatro meses”, conta Angélica.

Se com um bebê é assim, com crianças maiores a construção de uma relação de confiança e amor pode demorar ainda mais.

“Então, eu convivi três anos, entendeu. Conheci bastante deles, aprendi bastante com eles”, diz a menina.

Mas aos 10 anos de idade, a menina foi devolvida pelos pais adotivos. Ela e o irmão mais novo voltaram para o abrigo.

“Eu não entendi porque ela não gostava de mim. Eu tentava, entendeu. Eu juro pra você que eu tentava ser pelo menos amiga dela. Tentava. Não conversava, não perguntava como foi a escola. Não me ajudava em nada”.

É difícil acreditar, mas acontece! Em São Paulo foram 198 adoções frustradas entre as 2.514 que aconteceram entre 2014 e 2015.

Legalmente a devolução é tratada como abandono, passível de pagamento de indenização e pensão. Quem estuda o assunto garante que é preciso trabalhar bem o pré e o pós adoção para evitar traumas.

“Cada criança está no abrigo com a sua história, com o tempo do abrigo, com quanto tempo conviveu na família de origem. Então, cada criança vai ter uma história que vai ali também contribuir para a adaptação. Por isso que é tão importante, mais uma vez frisando, a preparação dessa criança e também desse adotante”, explica a psicanalista Maria Luiza Ghirardi, do Instituto Sede Sapientie.

O maior desafio é com crianças mais velhas e com irmãos, que são muitos nos abrigos.

“Meu irmão é a única família que eu tenho. Então eu prefiro estar lá no abrigo com o meu irmão do que estar em uma família sem o meu irmão”, diz a menina devolvida.

Para crianças maiores e adolescentes, o tempo num abrigo é uma espécie de vida provisória, aqueles que não podem mais voltar para a família de origem estão sempre imaginando uma outra. Os meses e anos que vão passando sem isso dão a sensação de algo incompleto. Muitos adultos sem filhos também vivem esse sentimento de um lar inacabado.

“Era um vazio. Era só eu e ele”, diz o engenheiro Ailton Pessoa.

Ailton e Neto viviam juntos há quatro anos quando se inscreveram no Cadastro Nacional de Adoção. Aceitavam até duas crianças de qualquer raça e maiorzinhas.

“Menina ou menino, não tinha preferência de cor, raça, nada”, completa o veterinário Sebastião Leme Neto.

Parece que o pessoal da Vara de Família percebeu o tamanho do coração desses dois.

“Na realidade, eles conversaram com a gente que tinha três num abrigo, que a idade era de 9, de 7 e de 6. Falei: ‘Meus Deus’. São três. E aí a gente olhou um pro outro e por que não três?”, contou Ailton.

Gabriel, Ryan e Gustavo também levaram o susto deles.

“No começo eu falei: ‘Meu pai Neto falou: eu namoro com o pai Ailton’. Eu falei: ‘Não, vocês não namoram junto’. ‘Não, ele é meu tio’, sabe. Foi uma confusão”, lembra Ryan.

Repórter: Como foi que você aceitou?

Ryan: Como? Então, isso aí eu fui me acostumando.

Repórter: E hoje, como é?

Ryan: É muito legal.

A gente percebe que é mesmo, Ryan! Mas nem tudo foi só diversão.

“Os desenhos deles eram extremamente absurdos. Desenho com faca. Tudo tinha morte. Tudo tinha arma”, lembra Neto.

“Fazia arte demais. Arte feia para tentar ser devolvido. Na cabecinha deles, ele achava que ia ser devolvido”, conta Ailton.

Repórter: Estava testando vocês?

Ailton: Testando. E a gente virava e falava: “Você não vai ser devolvido. Você é nosso filho. A partir de hoje você é nosso filho”.

Com a ajuda de uma psicóloga, com paciência e amor as dificuldades foram superadas.

“Toda criança chora, toda criança acorda de noite, toda criança pega resfriado, catapora, sarampo, suja a fralda. Toda criança é desobediente, toda criança precisa de limite. Ou seja, as pessoas às vezes não alcançam a realidade do que é ser pai e mãe”, disse o desembargador Reinaldo Torres de Carvalho, vice-coordenador de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Mas esses dois pais alcançaram e garantem: a casa nova fica pronta no fim do ano e nunca, nunca mais vai ficar vazia.

4. Milhares de crianças e adolescentes que vivem em abrigos têm família (27/04/2017)

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/milhares-de-criancas-e-adolescentes-que-vivem-em-abrigos-tem-familia.html>

Milhares de crianças e adolescentes que vivem em abrigos no Brasil têm família. O primeiro esforço da rede de proteção à infância é fazer com que eles voltem ao lar de origem como manda a lei.

Por isso, falar sobre adoção no Brasil é falar de espera.

O tempo das crianças, das famílias e da justiça é o tema da nossa quarta reportagem especial sobre adoção.

Nos abrigos, o tempo passa diminuindo as chances das crianças que crescem.

“Todo mundo quer ser adotado, ter uma mãe, chamar alguém de mãe”, diz a menina.

Nos lares à espera de filhos, o tempo se arrasta levando junto a esperança.

“É uma gestação longa demais. Você prepara a casa, a família, o ambiente, prepara tudo e não vem, não acontece”, conta José o psicólogo Cunha.

Assim como o dito popular sentencia que só uma andorinha não faz verão, um juiz sozinho não faz adoção. Decidir o futuro de uma criança é um processo complexo, que depende de uma rede de assistência e informação que simplesmente não existe em muitas cidades do Brasil.

Os processos de adoção estão entre os mais de dez mil que a juíza de Matozinhos, em Minas Gerais, tem para cuidar.

“Cíveis, de família, criminais, infância e juventude, ato infracional praticado por adolescente, questões de adoção. Questões de perda de poder familiar, questões de saúde, de violência doméstica, licitação”, conta a juíza Elise Silveira dos Santos.

Como em muitas cidades brasileiras, não existe uma vara exclusiva da infância nem os profissionais necessários.

“No ano passado, nós ficamos sem assistente social em razão da aposentadoria de uma servidora. Um dos entraves que a gente tem para a solução do processo é a falta do defensor público na comarca”, explica.

E são eles que ajudam os juízes a tomar decisões difíceis como a destituição: tirar definitivamente a criança de uma família para ser adotada por outra.

“Não tem porque negar a uma mãe que foi que o seu poder familiar está suspenso, que vem bater aqui na minha porta e fala assim: ‘Doutora, eu quero meu filho de volta. Eu juro que vou melhorar, eu juro que vou parar de beber’. Então, por que que não vou provocar o poder público pra que faça um tratamento com essa mãe? Por que?”, diz a juíza.

E entre quem quer adotar e ser adotado existe o tempo da assistência social e da Justiça. Há juízes que permitem que a adoção aconteça antes do fim do processo de destituição; outros só deixam que a criança seja adotada depois que a destituição é concluída.

“Como sair desse impasse? O juiz fica nessa situação. Eu tiro a criança da família sem ter dado o tempo necessário para essa família ou não? Se eu dou tempo para família, posso causar um prejuízo para criança”, explica o desembargador e vice-coordenador Vara da Infância e Juventude de São Paulo, Reinaldo Torres de Carvalho.

“A gente é obrigada a lidar com aquela situação específica, e aí com a experiência, tentando descobrir qual é o tempo razoável para se tentar aquela reinserção familiar e qual momento de dizer não, daqui para frente não vou mais. Chega, vamos inserir essa criança numa família substituta. Não existe uma regra absoluta”, explica o Juiz da Vara da Infância Protetiva de Guarulhos, Iberê de Castro Dias.

Para ajudar a equilibrar esses tempos já são mais de 140 grupos de apoio à adoção no país. Eles procuram acompanhar de perto a situação das crianças nos abrigos e a fila de candidatos a adoção nas Varas da Infância. Fazem a chamada busca ativa.

“É muito voltada para essas adoções especiais. Adoção de grupo de irmãos, de crianças um pouco mais velhas ou então de crianças que são doentes. O que a busca ativa faz é catalisar esses encontros. É fazer com que sejam mais viáveis”, explica a presidente do Grupo de Apoio e Adoção Benquerer, Renata Machado Nogueira.

A Renata é advogada, ajuda com as questões jurídicas, é madrinha num abrigo de meninas maiores e tenta aumentar as chances delas de adoção e dar um pouco do que falta.

“Faz falta um abraço, faz falta um carinho. Faz muita falta”, lamenta um adolescente.

É tudo o que quatro irmãos têm de sobra. Há quase três anos foram adotados por Rogério e Weykman, fundadores de um grupo de apoio à adoção.

“Éramos dois, uma casa tranquila e de repente quatro crianças com quatro idades diferentes. Foi um turbilhão no primeiro momento, um turbilhão bem legal. A gente tem dois anos com eles, mas parece que nasceram com a gente”, diz o contador Weykman da Silva.

A experiência da paternidade e do grupo deram a Rogério uma certeza.

“É nítido e é notório que crianças com idade mais avançada, grupos de irmãos, crianças negras, crianças com deficiência, crianças expostas ao HIV, elas têm uma aceitação muito maior por parte das famílias homoafetivas porque a maior parte das pessoas LGBT passou por dificuldade de aceitação de superação”, diz Rogério Koscheck.

Hoje o grupo ajuda todo tipo de casal a superar dificuldades antes e depois da adoção.

“A gente trabalha o dia a dia se come demais, se come pouco, faz xixi na cama, diz que você não é meu pai, você não é minha mãe, então a gente trabalha o cotidiano”, conta Silvana do Monte Moreira, advogada e presidente da Comissão Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Jéssica também compartilha as experiências da maternidade e da adoção. Hoje ela usa a internet para mostrar que a busca não é fácil, mas termina com a melhor das recompensas.

“É muito bom falar assim: ‘Olha, você não tá sozinho. Eu também passei por isso e hoje estou com minha filha’. Então o que eu sempre tento deixar claro para o pessoal é que pode demorar, mas a cada dia que passa, a cada passo do processo é um passo na direção do seu filho”, explica Jéssica Mundim Aguiar.

5. CNJ promete melhorar ainda em 2017 o Cadastro Nacional de Adoção (29/04/2017)

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/cnj-promete-melhorar-ainda-este-ano-o-cadastro-nacional-de-adocao.html>

O Conselho Nacional de Justiça promete melhorar, ainda em 2017, o Cadastro Nacional de Adoção e, com isso, resolver os problemas que atrasam os processos em todo o Brasil. É o assunto da última reportagem da série especial do JN sobre adoção.

O desespero de uma gravidez indesejada, de um lado, e pela espera de uma criança, de outro, são tão grandes que as pessoas chegam a se arriscar colocando suas histórias e seus pedidos na internet. É só a gente olhar um pouquinho, procurar, que encontra oferta de crianças e pedidos de adoção.

Falamos com uma mulher de Sergipe que chegou a conversar com uma grávida que tinha anunciado o filho na internet.

“Aí depois, quando eu fui procurar saber com outras pessoas no mesmo grupo, as meninas me disseram que era fraude. Aí eu me desiludi. Eu resolvi ir agora direto pelo caminho do cadastro. Tem muita burocracia e tudo, mas acho que fica a coisa mais segura. Para gente fica melhor”, disse.

Ela tem razão: o único meio legal de adotar é pelo Cadastro Nacional de Adoção.

“Tem um trabalho de inteligência feito pela polícia para tentar monitorar e se antecipar a essas pessoas que deliberadamente negociam seus filhos na internet enquanto estão grávidas. Isso é crime, evidentemente. Não existe adoção por consenso”, explica o juiz da Vara da Infância Protetiva de Guarulhos (SP), Iberê de Castro Dias.

Para tentar acelerar os processos legais, é muito comum que a Justiça dê a guarda provisória aos adotantes enquanto toca o processo de destituição da família natural. Aconteceu com quase todos os nossos entrevistados.

Raquel e Wilson acharam que seria assim com eles também. Moram em São Paulo, mas foram chamados por uma Vara de Minas Gerais que procurava uma família para uma menina negra, de 9 anos, que, mudando para São Paulo, poderia ter contato com um irmão já adotado por uma outra família paulistana.

“Tinha que ser super rápido, porque o Fórum estava entrando em recesso, para gente pedir a guarda provisória dela, e que a gente poderia ser claro com a Vitoria, que a gente estava ali pra ser os pais dela e foi assim”, disse a estudante de pedagogia Raquel Lima da Silva.

Ficou fácil aceitar as condições depois de conhecer a menina órfã de mãe e abandonada pela família.

“Aí a gente colocou pra ela, se ela queria ser a nossa filha. Aí ela disse que sim. Que ela adoraria ser a nossa filha. E a gente colocou pra ela que a gente gostaria muito de ser os pais dela”, contou Raquel.

Mas o afeto que nasceu rápido encontrou uma barreira. Há mais de três meses, o processo de guarda provisória ou adoção está parado à espera de uma audiência definitiva para destituição do poder da família biológica, que há mais de um ano não faz visitas ao abrigo.

“Na medida que acenam para você que há uma grande expectativa de adoção, você já acaba realmente se empolgando e aí logo vem a frustração. E agora se criou um problema”, diz o professor Wilson Luques Costa.

Enquanto esperam, matam a saudade por telefone. Eles falam todos os dias com a menina, que já chamam de filha. Mas os telefonemas não diminuem a angústia.

“Qual o destino dessa criança? É essa a minha preocupação. Mais do que ser pai. Eu sofro por mim. Mas sofrer por mim é egoísmo. Eu sofro por ela”, disse Wilson.

A espera foi difícil também para Ilka e José. Eles começaram o processo em 2011 e entraram

para o cadastro em 2013. Os dois estavam numa reunião de um grupo de adoção no Rio de Janeiro.

“Geralmente respondem pra gente: ‘Não, essas crianças ainda não estão destituídas porque estão aguardando se vai aparecer um familiar.’ Estão procurando um familiar distante, enquanto não procurarem até em Marte. E se não aparecer um familiar que queira adotar essa criança, ela não é destituída”, diz a engenheira mecânica Ilka Guimarães Cunha.

Processos ainda de papel, fora dos sistemas eletrônicos, falta de funcionários e de prioridade para a infância. Apesar das carências, o Conselho Nacional de Justiça promete melhorar o Cadastro Nacional de Adoção ainda em 2017.

“Para que esse sistema toda noite, por exemplo, rode automaticamente e faça um batimento de dados, toda noite e já elenque automaticamente quais seriam os pretendentes possíveis para a criança que está no cadastro. E aí iria no dia seguinte um e-mail para o juiz dizendo: Olha, existe, por exemplo, cinco pretendentes para essa criança”, explica a Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Sandra Silvestre de Frias Torres.

Também é preciso fazer uma força tarefa para atualizar as listas de adoções.

“Existe pelo menos o indicativo de que mais de 50% dos estados não alimentam ou alimentam de forma indevida os cadastros. Então, os dados que nós temos hoje são dados pelo menos questionáveis”, disse a juíza.

Foi o que aconteceu com Júnia e Gabriel. Eles já tinham adotado um bebê, quando foram chamados de novo, ou seja, não foram tirados do Cadastro Nacional de Adoção.

Problemas que fizeram Ilka e José esperarem e muito. Seis anos. Pouco depois da entrevista na reunião do grupo de adoção, eles finalmente receberam a felicidade nos braços. Veio assim com mãozinhas irresistíveis e pezinhos que não estarão sozinhos na trilha do destino.

“Nós não entendemos porque demorou tanto tempo, realmente foi difícil mas nós sabemos que nesse momento foi o tempo certo e a pessoa certa”, afirmou Ilka.

“Pois é. Demora um pouquinho mas vem”, disse José.